

RELATÓRIO DE GESTÃO
CONSOLIDADO
BIAL HOLDING, S.A.
2024

ÍNDICE

MISSÃO, VISÃO & VALORES | 7

RECURSOS HUMANOS | 7

BIAL NO MUNDO | 8

INDICADORES CHAVE | 10

1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL | 11

2. ATIVIDADE DO GRUPO BIAL | 12

3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO | 17

4. SITUAÇÃO ECONÓMICO E FINANCEIRA | 23

5. SUSTENTABILIDADE & PRINCÍPIOS ESG | 26

6. FACTOS SUBSEQUENTES A 2024.12.31 | 26

7. PERSPETIVAS PARA 2025 | 26

8. ANEXOS | 28

I. BALANÇO ANALÍTICO | 30

II. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS | 33

III. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | 34

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 37

V. ANEXO CONSOLIDADO | 39

1. Introdução | 39

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras | 39

3. Principais políticas contabilísticas | 39

4. Fluxos de Caixa | 69

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 70

6. Empresas incluídas na consolidação | 70

7. Empresas excluídas de consolidação integral | 70

8. Goodwill | 70

9. Alteração das empresas incluídas na consolidação | 71

10. Imposto sobre lucros | 71

11. Clientes | 73

12. Investimentos | 75

13. Ativos em poder de terceiros | 79

14. Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar | 81

15. Estado e outros entes públicos | 82

16. Diferimentos e acréscimos | 82

17. Financiamentos obtidos | 83

18. Fornecedores de investimentos | 83

19. Provisões e Imparidades | 84

20. Vendas e serviços prestados | 85

21. Subsídios à exploração | 85

22. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas | 86

23. Fornecimentos e serviços externos | 86

24. Gastos com o pessoal | 87

25. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões | 89

26. Outros rendimentos | 90

27. Outros gastos | 91

28. Juros e rendimentos/gastos similares | 92

29. Ativos e passivos de unidades operacionais descontinuadas | 92

30. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento (SIFIDE II) | 94

31. Investimentos em Investigação e Desenvolvimento | 95

32. Locações operacionais | 95

33. Risco financeiro | 96

34. Garantias prestadas | 99

35. Acontecimentos após a data do balanço | 102

36. Divulgações exigidas por diplomas legais | 102

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS | 104

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 106



MISSÃO, VISÃO & VALORES

BIAL é uma empresa farmacêutica de inovação. Dedicados à investigação, desenvolvimento e comercialização de medicamentos, estamos empenhados em contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em todo o mundo.

A Missão de BIAL é encontrar, desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde.

Tendo como linhas estratégicas a qualidade, a investigação e desenvolvimento e a internacionalização, somos motivados pela **Visão** que nos inspira:

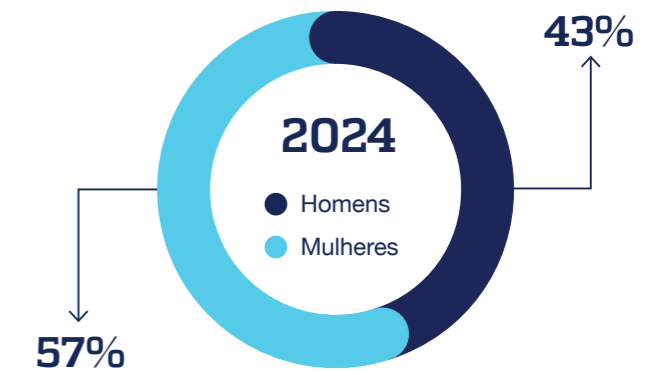
Ser uma empresa de dimensão internacional baseada em medicamentos inovadores próprios.

Os **Valores** que nos orientam refletem a nossa identidade:

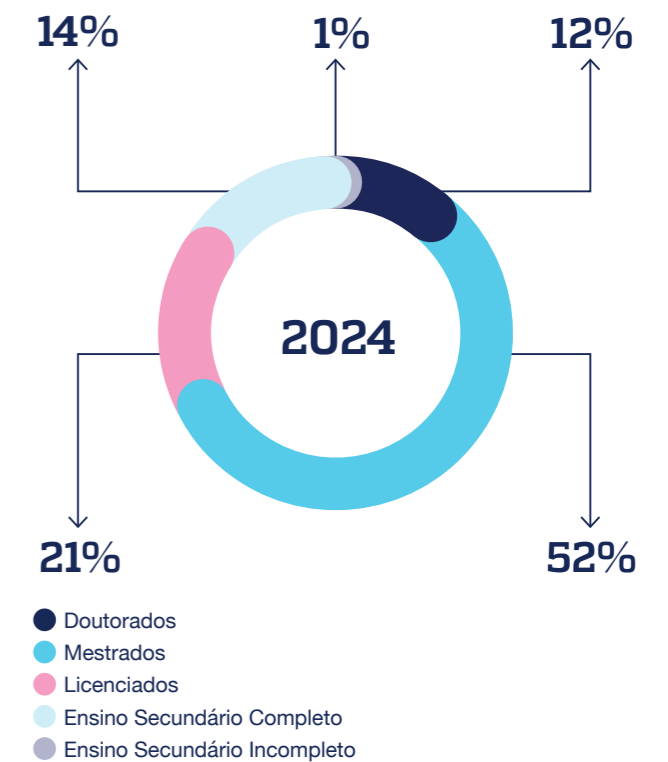
- **Ao Serviço da Saúde**
- **Aposta na Qualidade e na Inovação**
- **Excelência da investigação científica**
- **Integridade e elevados padrões de ética**
- **Rigor, responsabilidade e trabalho em equipa**
- **Respeito pelos valores universais**

RECURSOS HUMANOS

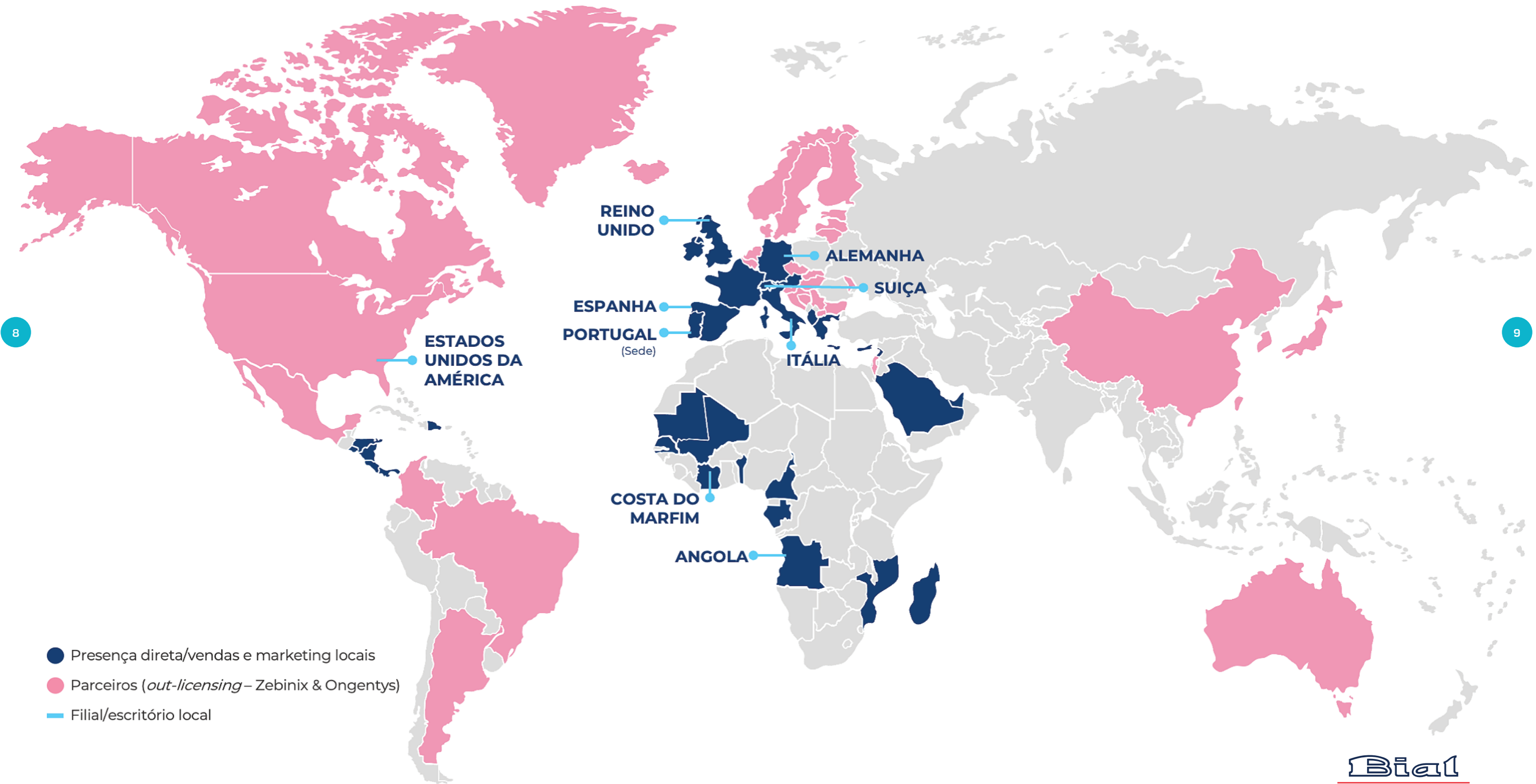
Distribuição por género



Habilitações literárias



BIAL NO MUNDO



INDICADORES CHAVE

Volume de Negócios

337.4 M€ 333.5 M€

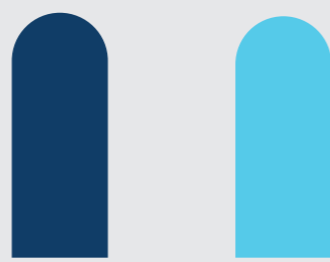


2023

2024

Investimento em I&D

57.6 M€ 55.9 M€



2023

2024

Recursos Humanos Grupo

754
colaboradores



Internacionalização

71%
vendas fora de Portugal



Principais Áreas Terapêuticas

- Sistema Nervoso Central
- Antidiabéticos
- Sistema Respiratório
- Área Cardiovascular
- Sistema Músculo-esquelético
- Antianémicos
- Antibióticos

O Grupo BIAL comemorou o seu centésimo aniversário em 2024, marco histórico para qualquer instituição que consegue atingir essa meta, o que demonstra a sua capacidade de transformação, de resiliência, de persistência nos seus objetivos, de crença na sua missão. Na mesma família de acionistas - a Família Portela, presentemente na quarta geração - desde a sua fundação, em 1924, a Bial manteve-se sempre focada exclusivamente no sector farmacêutico, com um propósito intergeracional, de proporcionar mais qualidade de vida, mais saúde às pessoas de todo o mundo. Nasceu numa farmácia localizada no Porto, transformou-se ao longo dos tempos e, nos últimos trinta anos, afirmou-se como uma biofarmacêutica focalizada na I&D de novos medicamentos, com atividade em cerca de cinquenta países.

Ao longo do ano realizaram-se múltiplas atividades, tanto de âmbito interno, como externo, de que salientamos a conferência "Bial 100 Years - Shaping the future", com o objetivo de analisar os desafios que se colocam a Portugal e ao mundo, nomeadamente nas vertentes económica, social e da saúde. Esta foi presidida pelo Senhor Presidente da República e contou com a presença de inúmeras personalidades de grande relevo, de que destacamos o Senhor Presidente da Assembleia da República, o Senhor Ministro da Economia, a Senhora Secretária de Estado da Saúde, os Bastonários da Ordem dos Médicos, da Ordem dos Farmacêuticos, da Ordem dos Médicos Dentistas e da Ordem dos Nutricionistas, para além de vários antigos membros dos governos da República. Também é de salientar a visita às instalações da Bial do Senhor Presidente da República que, na ocasião, agraciou a empresa como Membro-Honorário da Ordem Militar de Santiago de Espada, distinção atribuída pela primeira vez a uma empresa, além de ter condecorado o trabalhador mais antigo da Bial com a Ordem de Mérito. A Senhora Ministra da Saúde acompanhou a visita às instalações, assim como outras individualidades.

É de destacar, igualmente, a aprovação pela Assembleia da República, por unanimidade, do Voto de Saudação Nº 154/XVI pelo centenário da Bial, em 21 de junho de 2024.

O ano de 2024 foi muito especial para todos os colaboradores e antigos colaboradores da Bial, que se associaram às diversas iniciativas. É um enorme orgulho sen-

tirmos que contribuímos para a melhoria das condições de saúde de milhões de pacientes que, ano após ano, utilizam os medicamentos que investigamos e produzimos, melhorando a sua qualidade de vida e de bem-estar.

1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL

O Grupo BIAL, cuja empresa mãe é BIAL Holding S.A., em 2024.12.31 era composto por dezasseis empresas, nove das quais com sede no estrangeiro, e um escritório de representação na Costa do Marfim. Em 2024 não foram criadas empresas. A filial no Panamá, que pertence 100% a Bial Holding, foi descontinuada em 2024 mas ainda não está formalmente encerrada. A Medimport foi vendida a um grupo farmacêutico especializado na distribuição de medicamentos em África.

Em Portugal, a BIAL Holding, S.A. tem participações de 100% em seis empresas (BIAL - Portela & Cª., S.A., MediBIAL - Produtos Médicos e Farmacêuticos S.A., BIALport - Produtos Farmacêuticos S.A., InterBIAL - Produtos Farmacêuticos, S.A., BIAL - Consumer Health S.A. e Bial - R&D Investments S.A.). Esta última empresa foi constituída em junho de 2020, com um capital social de € 8,0M, com sede na Trofa, e tem como atividade a realização e gestão de projetos de investigação com o objetivo de descobrir novos medicamentos para uso humano.

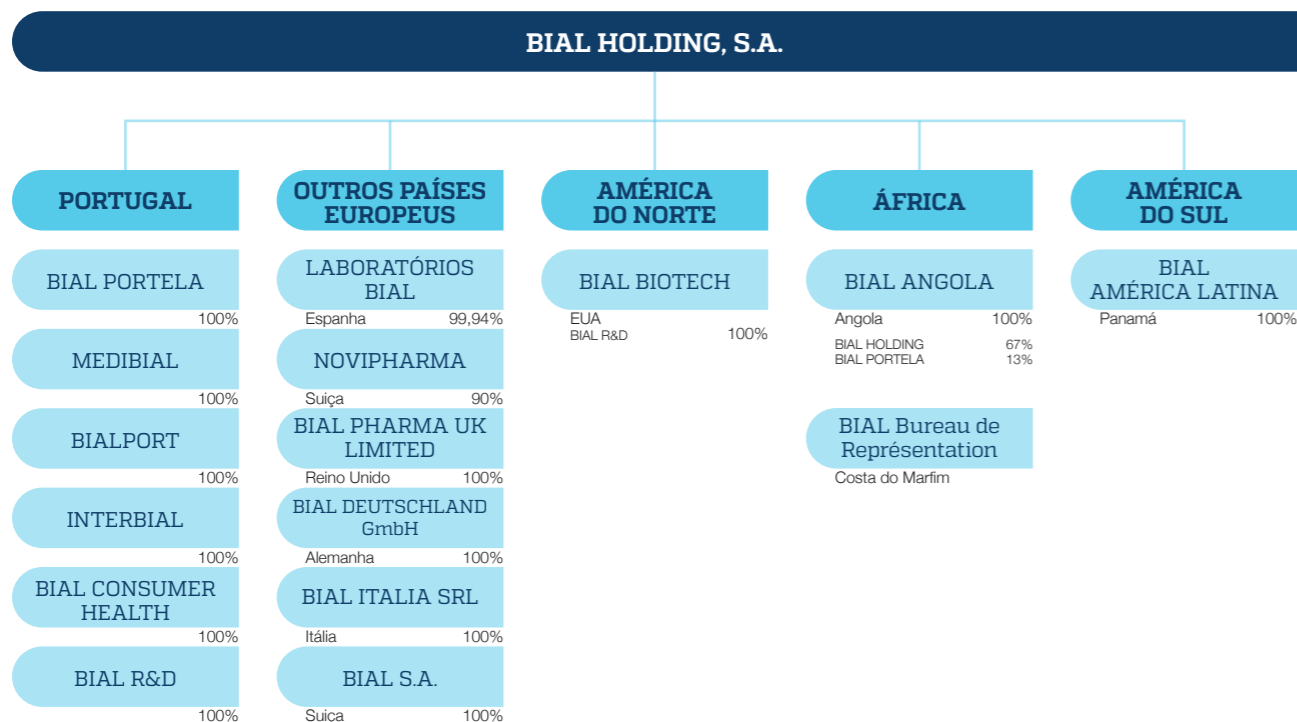
Em Espanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 99.94% no capital de Laboratorios BIAL, S.A.

Na Alemanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Deutschland GmbH.

No Reino Unido, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Pharma UK Limited.

Em Itália, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% do capital de BIAL Italia, S.r.l.

Na Suíça, BIAL Holding, S.A. detém uma participação direta de 90% na Novipharma S.A. e em 2018 foi criada a empresa BIAL S.A., participada a 100% pela BIAL Holding S.A.



Nos EUA, a BIAL Holding tem uma participação indireta de 100% na BIAL - Biotech Investments Inc., que é detida a 100% pela BIAL - R&D Investments S.A.. A empresa, com escritórios em Cambridge – Boston, dedica-se a projetos de investigação biotecnológicos na área da doença de Parkinson e outras doenças degenerativas do sistema nervoso central.

A filial do Panamá está num processo de encerramento, que deverá estar finalizado até meados do corrente ano.

Em Angola, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% de BIAL Angola, S.A., 67% diretamente e 33% através de BIAL Portela & Cª, S.A.

Na Costa do Marfim o Grupo Bial está presente através de um escritório de representação.

2. ATIVIDADE do GRUPO BIAL

Em 2024, o volume de negócios consolidado foi de € 333.5M, menos 1% face a 2023, dos quais 93% correspondem a vendas e 7% a prestação de serviços. Em termos de mercados, Portugal representou 29% da faturação e 71% no ROW. Nas vendas de medicamentos Portugal representou 25% e em serviços 79% do seu valor global.

As vendas foram de € 309,4M, um crescimento de 1% face a 2024, sendo Ongentys e Zebinix/Aptiom os dois produtos com maior faturação. Em conjunto representaram € 167,6M, isto é, 54% das vendas do Grupo. Em 2024 as vendas dos dois produtos decresceram 10% face a 2023, não obstante Ongentys ter crescido 48% (+€27,7M) não foi suficiente para compensar o decréscimo de 35% (-€45,3M) de Zebinix/Aptiom. O Ongentys foi, pela primeira vez, o principal produto do Grupo, com uma faturação de

€85,0M, tendo tido um bom desempenho em todos os principais mercados, com destaque para o Japão e EUA, também tendo crescido nos mercados europeus onde Bial o comercializa e promove. A evolução menos positiva de Zebinix / Aptiom, que faturou € 82,6M, é explicada pela forte redução de vendas nos EUA devido a um ajustamento de stocks do licenciado a antecipar a provável entrada de genérico em maio de 2025, uma vez que as vendas no mercado se mantiveram estáveis.

Estes valores de faturação evidenciam de forma expressiva o valor terapêutico e económico dos resultados obtidos pela nossa I&D, para além obviamente da melhoria da qualidade de vida que proporcionam aos pacientes com epilepsia ou com doença de Parkinson.

Da restante gama, são de salientar as vendas dos novos antidiabéticos (Ebymect e Edistride) lançados em 2020 em Portugal e que já faturaram € 29.8M (+37% aa). O seu potencial de crescimento continua a ser elevado a médio prazo devido ao seu perfil terapêutico, reforçado com novas indicações terapêuticas, e ao crescente número de pacientes com diabetes.

Por países, é de realçar Portugal com 29% da faturação do Grupo, seguido de Espanha com 25%, América do Norte com 14%, Alemanha e Japão com 6% cada, e Itália com 4%. Os cinco principais mercados representam 80% da faturação. A restante faturação é realizada em algumas dezenas de países da Europa, Ásia e África. Nesses mercados, é de salientar Moçambique com 2,4%, França com 2,3% e os FWA com 1,8% da faturação.

A composição das vendas por área geográfica mostra a forte internacionalização do Grupo, com 71% do seu “turnover” nos mercados internacionais. Esta realidade é fruto dos medicamentos de investigação BIAL, que possibilitaram a presença nos mais importantes mercados farmacêuticos mundiais.

Em Portugal, para além da faturação de medicamentos (€ 78.8M), é expressiva a prestação de serviços

no valor de € 18.9M, essencialmente serviços de informação médica e promoção a multinacionais farmacêuticas. A sua faturação global foi € 97.7M, um crescimento de 13%, explicado fundamentalmente pela dinâmica da gama de medicamentos antidiabéticos. No ranking IQVIA do mercado ambulatorio nacional Bial ocupava a sexta posição em 31 de dezembro de 2024 mesma posição do ano anterior.

Espanha, mercado com o maior valor de vendas do Grupo (€ 83.9M), teve um crescimento de 4% face a 2023. Zebinix mantém-se como o medicamento de maior faturação (€ 30.4M, -2% aa), seguido de Ongentys (€ 12.6M, +13% aa), Biresp (€ 10.3M, +4% aa), Ferbisol (€ 10.1M, +6% aa) e Trydonis (€6,2M). No ranking IQVIA do mercado farmacêutico ambulatorio, BIAL ocupava em 31 de dezembro 2024 a 37ª posição, subindo uma posição face a 2023.

A Península Ibérica é um dos cinco maiores mercados da Europa, sendo Bial uma das maiores empresas na área do ambulatorio. Continuará a ser uma zona estratégica para o desenvolvimento de Bial, com uma ampla e competitiva gama de medicamentos nos dois países, quer na medicina geral e familiar, quer em outras especialidades médicas. Em conjunto representam 55% da faturação do Grupo.

Nos EUA e Canadá, desde 2020, BIAL tem dois medicamentos comercializados, através de empresas licenciadas, o Aptiom e o Ongentys. Em 2024 as vendas foram de € 47,5M, -37% face a 2023, devido à forte redução das vendas de Aptiom nos EUA (-€39M), antecipando a provável entrada de genéricos em maio de 2025 e um ajustamento de stocks do licenciado. Ongentys vendeu € 11M nos EUA em 2024, mais que duplicando as vendas face a 2023.

O foco do crescimento orgânico de Bial está nas suas filiais europeias (Alemanha, Itália, Reino Unido, Irlanda, Áustria e Suíça, assim como em França). Em França não temos filial, mas estamos presentes com uma equipa médica e comercial que promove

em exclusividade o Zebinix. Nos outros países comercializamos e promovemos Zebinix e Ongentys, e na Alemanha a partir de maio de 2024 iniciou-se a comercialização de Kynmobi, um novo medicamento para a doença de Parkinson, licenciado por Bial para a Europa à farmacêutica Sumitomo. Em 2024, a faturação nos cinco países foi de € 48,0M, um crescimento de 6% face a 2023. Em 2025, para além da comercialização de ZB e ON, prevemos lançar Kynmobi em Espanha, Portugal e Itália, o que reforçará a nossa presença na neurologia nesses países.

Em outros países europeus, como Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Islândia, Chéquia, Eslováquia e Grécia, a comercialização de Zebinix e \ ou Ongentys é realizada através de acordos de licença ou distribuição. É outra via no processo de internacionalização e de consolidação do Grupo BIAL na Europa.

Nos países emergentes a faturação foi similar à dos anos anteriores, embora com algumas alterações por país. Moçambique e Angola continuam a ser os dois principais mercados, a par dos French West Africa. Em Moçambique, a faturação foi de € 7,6M, valor similar ao de 2023. A empresa foi vendida ao grupo farmacêutico francês CFAO, com uma forte presença em África na distribuição de medicamentos, que dará continuidade à sua atividade. A Medimport funciona como importador, distribuidor e promotor de medicamentos e de outros produtos na área da saúde em Moçambique, atividade exercida por Bial unicamente nesse país e não estratégica. Assim, e com o objetivo de racionalizar e focalizar a atividade do Grupo, foi decidida a sua venda. No entanto, a gama de produtos Bial continuará a ser comercializada e promovida em Moçambique, através de uma equipa de delegados de informação médica dedicada em exclusividade aos medicamentos Bial.

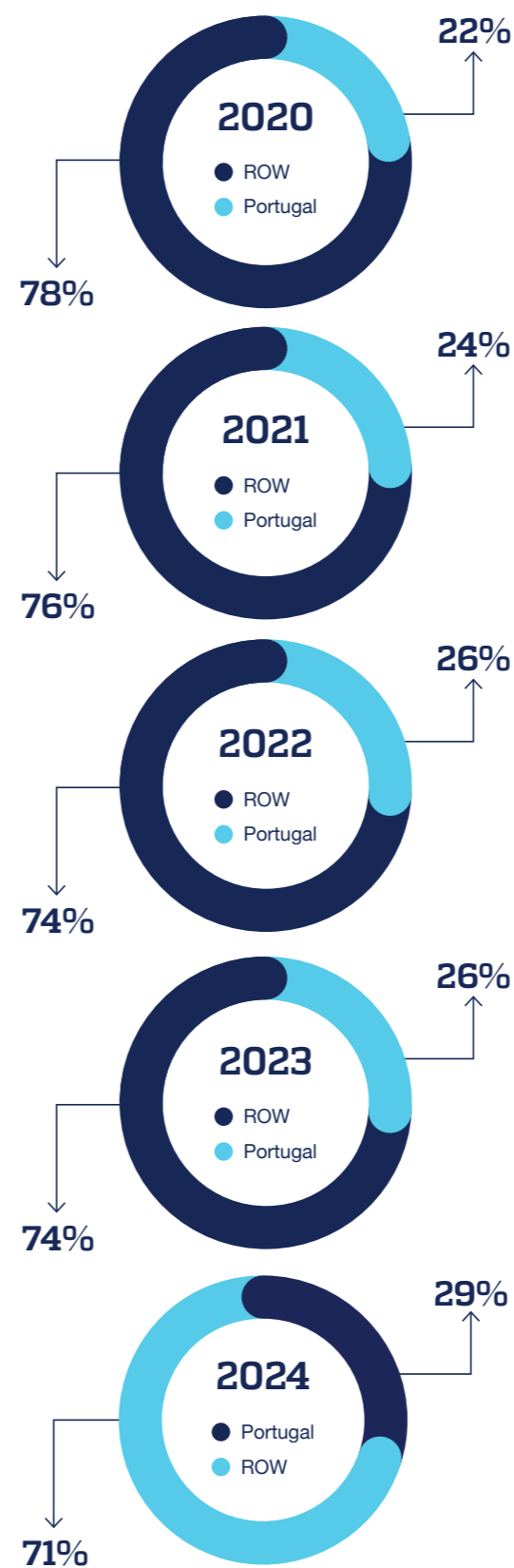
Em Angola, a faturação foi de € 3,0M, um decréscimo de 27%, explicado pela recessão do mercado e as dificuldades de pagamentos ao exterior. Nos restantes países emergentes é de destacar os designados French West Africa com € 5,9M de faturação, valor idêntico ao de 2023, e o México, novo mercado de Bial, com presença através de distribuidor local, com uma faturação de € 1,2M.

Os serviços prestados foram de € 24M (-21% face a 2023), dos quais € 18.9M respeitam a serviços em Portugal de natureza promocional (+7% ano anterior), o que revela uma forte dinâmica nesta área. Ao exterior foram prestados serviços de € 5,1M, dos quais € 4,2M são “milestones” associados a contratos de licenciamento. Os recebimentos de “milestones” foram essenciais para financiar a I&D, mas nos últimos anos têm, felizmente, um papel secundário uma vez que são as vendas dos medicamentos de investigação Bial que asseguram principalmente esse financiamento. No futuro está estimado receberem-se algumas dezenas de milhões de euros de “milestones” em função do cumprimento de metas contratuais (aprovações e lançamentos nos mercados e / ou cumprimento de valores de faturação). Até 2024 é de salientar o recebimento de € 273,7M de “milestones” dos diversos contratos de licença assinados, que foram essenciais para o financiamento das atividades de I&D.





Turnover/mercado



3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

O Grupo BIAL tem, desde a década de noventa, um importante e ambicioso projeto de I&D, muito focado no sistema nervoso central, de que resultaram dois novos medicamentos nessa área (Zebinix\Aptiom e Ongentys). Desde 2022, a sua I&D está igualmente focada nas doenças raras de origem neurológica, tendo já dois projetos nessa área.

Em 2007, iniciou-se o retorno financeiro do investimento em I&D, com a assinatura do primeiro contrato de licenciamento de uma nova molécula farmacêutica de raiz portuguesa (medicamento antiepilético inovador, cujo princípio ativo é o acetato de eslicarbazepina, comercializado com duas marcas a nível mundial – Zebinix (Europa) e Aptiom (EUA e Canadá). Seguiu-se em 2008 o acordo de licença para a Europa do mesmo medicamento.

Em 2013, é de assinalar o primeiro licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson investigado por BIAL, à empresa farmacêutica ONO para o Japão, cujo princípio ativo tem a designação de Opicapone e é comercializado com a marca Ongentys a nível mundial. Seguiu-se o seu licenciamento para os EUA à empresa Neurocrine e a sua aprovação pela FDA, tendo iniciado a sua comercialização nesse mercado em 2020. Nesse mesmo ano foi também aprovado pela PMDA (Pharmaceuticals and Medical Drugs Administration) e iniciada a sua comercialização no Japão. EUA e Japão são os dois principais mercados da doença de Parkinson.

Assim, num período de cinco anos, BIAL passou a ter dois medicamentos inovadores, licenciados nos principais mercados farmacêuticos, garantia de um forte potencial comercial a médio e longo prazo, e que foi o fator decisivo para a forte internacionalização do Grupo.

Recordamos que, em 2009, é lançado em alguns países da União Europeia o Zebinix, a que se seguiram outros mercados, sendo de destacar o dos EUA, em 2014, com a marca Aptiom. Em 2024, como já referido, Zebinix/Aptiom faturaram € 83M, continuando a contribuir de forma decisiva para a faturação de BIAL, não obstante já ter genérico nos mercados europeus.

Em 2016 é iniciada a comercialização de Ongentys na Alemanha e Reino Unido, a que se seguiram os lançamentos em Espanha, Itália e Portugal. Em 2020 foi lançado nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça, em 2021 em Taiwan, Áustria, Dinamarca e Finlândia, em 2022 na Suécia, Chéquia, Eslováquia e Islândia, em 2023 na Austrália, Eslovénia e Letónia, e em 2024 na Hungria e Estónia. A sua faturação, em 2024, foi de € 85M, passando a ser o medicamento Bial com maior faturação, prevendo-se a continuação do seu crescimento nos próximos anos.

A I&D de BIAL tem um impacto muito relevante no crescimento do Grupo nos últimos anos e que se irá manter no futuro. É uma satisfação e um orgulho contribuímos para a saúde de centenas de milhares de doentes em todo o mundo com epilepsia e com a doença de Parkinson, através de medicamentos inovadores com elevado valor acrescentado terapêutico. Acreditamos que, a médio prazo, novos medicamentos Bial serão disponibilizados para uma melhor saúde dos pacientes resultantes dos projetos de investigação em curso, nas suas duas áreas terapêuticas “core”.

Os trabalhos de investigação do projeto BIA2, Zebinix/Aptiom, continuam com o objetivo de obter um melhor conhecimento sobre as suas características clínicas e potenciar a sua utilização nos diversos perfis dos doentes anti-epiléticos. Assim, estão em curso alguns estudos clínicos que visam robustecer o conhecimento sobre o medicamento e facilitar a sua utilização terapêutica. É de salientar os trabalhos em curso na China para se iniciar em 2025 um ensaio clínico nesse país.

O projeto BIA9 (opicapone), medicamento comercializado com a marca Ongentys, tem diversos ensaios

clínicos de fase IV a decorrerem na Europa. O seu objetivo é reforçar o conhecimento sobre o medicamento na prática clínica corrente, com diversos perfis de doentes, o que permitirá robustecer a sua adoção pelos neurologistas. Prevemos a sua aprovação no corrente ano na China, após ter sido concluído em 2024 nesse país um ensaio clínico fase III com resultados positivos.

É de grande significado para BIAL ter dois medicamentos de investigação própria comercializados a nível mundial, o que credibiliza a qualidade da sua I&D.

O projeto BIA28, onde Bial tem realizado o seu maior investimento nos últimos anos, tem como objetivo aprovar um medicamento para o tratamento da doença de Parkinson, quando tem como origem mutações genéticas do gene GBA1, o que origina a diminuição da atividade da enzima GCase, acelerando a progressão da doença e o seu aparecimento numa fase mais precoce da vida. O projeto, realizado em parceria entre a Bial R&D Investments e a Bial - Portela C^a, teve uma evolução muito significativa em 2023 e 2024. Em 2023 iniciou-se um ensaio clínico de fase IIb, com a entrada do primeiro doente em maio. Em 2024 foi concluído em agosto o recrutamento de duzentos e setenta e três doentes em oitenta e três centros clínicos localizados nos EUA e em diversos países europeus. A adesão dos neurologistas e dos pacientes ao ensaio foi muito boa e prevemos ter resultados em meados do próximo ano. É o projeto onde serão afetados os meios financeiros mais avultados nos próximos anos, na ordem das várias dezenas de milhões de euros.

O BIA 28 teve a sua origem em agosto de 2020, quando foi celebrado um acordo de compra com a empresa biotecnológica americana Lysosomal Therapeutics Inc. relativo a um conjunto de ativos intangíveis, incluindo patentes e outros direitos de propriedade intelectual, entre os quais o atualmente designado por BIA28.

Os restantes projetos Bial estão em fase pré-clínica pelo que há um programa de trabalho a implementar de alguns anos, sendo ainda prematuro avaliar o seu potencial terapêutico. No entanto, temos confiança



nos projetos em curso e estimamos que pelo alguns deles venham a resultar em novos medicamentos.

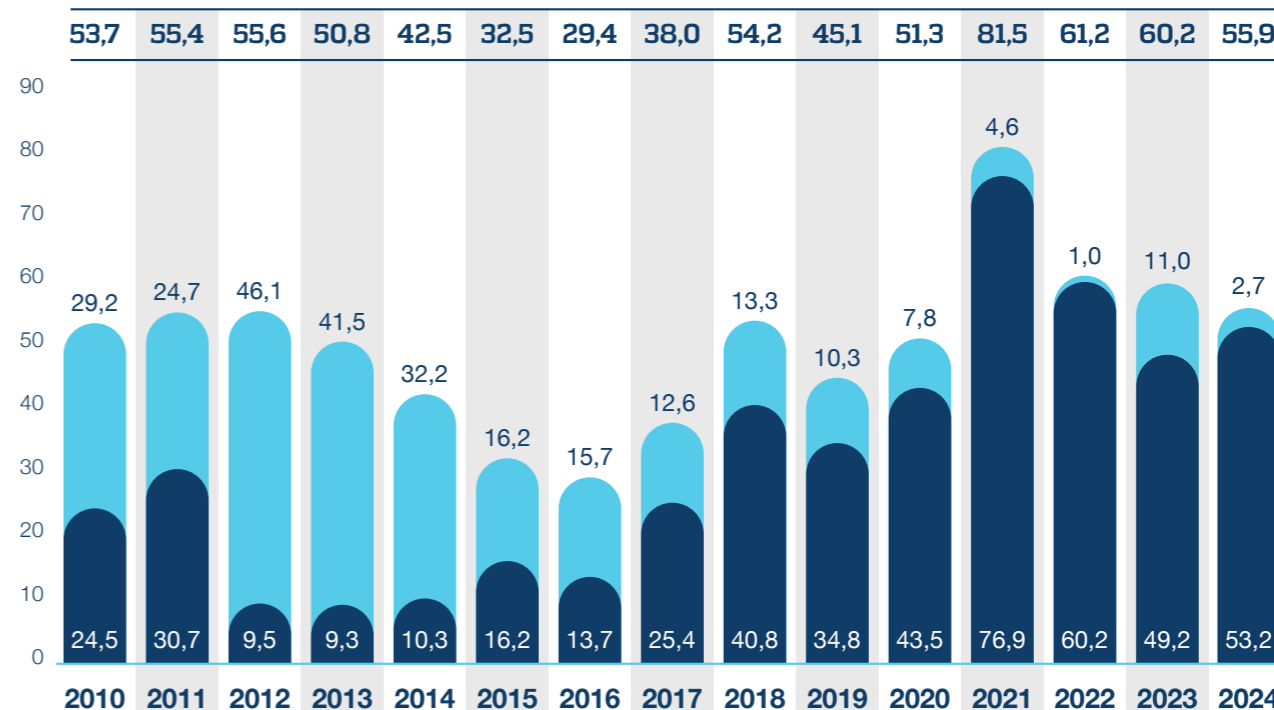
Em 2021/22 foi definida uma nova política estratégica para a I&D em BIAL, de que resultou uma reorientação das áreas terapêuticas e a avaliação dos projetos que há data estavam em curso. Em 2023 foi decidido manter como área de investigação prioritária o sistema nervoso central, em especial na epilepsia e doença de Parkinson, descontinuar a área cardiovascular, e iniciar uma nova linha de investigação nas doenças raras de origem neurológica. Com isso procura-se acelerar o ciclo de investigação, diversificar o risco de portfólio com um maior número de projetos ativos, e conseguir um maior valor acrescentado terapêutico para os doentes. Há cerca de trezentos milhões de pacientes com doenças raras e 95% dessas doenças não tem soluções terapêuticas. Presen-

temente temos dois projetos de investigação nessa área e estimamos que será possível iniciar num deles, em 2027, a fase clínica, o que nos motiva imenso a investir nestes novos projetos.

Em 2024, os investimentos em investigação e desenvolvimento totalizaram € 55,9M, repartidos por:

- Despesas correntes de funcionamento, no valor de € 53,2M, excluindo amortizações e imparidades;
- Imobilização em ativo intangível e tangível, no valor de € 2,7M.

As amortizações de I&D foram de € 21,2M e a reversão de imparidades foi de €2,4M. Desta forma temos contabilizados custos de € 72,0M associados à I&D, incluindo amortizações, imparidades e provisões, o que evidencia o enorme esforço financeiro com os nossos projetos de investigação.



4. SITUAÇÃO ECONÓMICO e FINANCEIRA

A estrutura económica e financeira do Grupo é sólida, compatibilizando-se o esforço de investimento em I&D com a sua capacidade em gerar EBITDA e cash-flow, a par de um nível de rentabilidade equilibrado. Nos pontos anteriores foram apresentados os fatores que explicam a evolução do volume de negócios e do investimento.

O Grupo tem um balanço robusto, com indicadores de solvabilidade, liquidez e rentabilidade muito positivos, um baixo nível de endividamento financeiro, quer em termos de EBITDA (rácio Net Debt/ EBITDA inferior a 1), quer em termos do ativo e passivo corrente. Assim, Bial tem condições financeiras para dar continuidade ao seu programa de I&D e, como é seu objetivo em 2025, capacidade de investir em novos ativos, quer de natureza comercial (aquisição de medicamentos já comercializados), quer de projetos de I&D (preferencialmente em fase clínica). Com esses investimentos pretende-se acelerar o crescimento da faturação e reforçar o nível de EBITDA.

A rentabilidade operacional de Bial foi pressionada nos últimos anos pelo impacto da inflação em alguns dos seus inputs, de que salientamos os custos com a energia, transportes, matérias-primas e adjuvantes, para além dos custos salariais. Uma vez que os preços dos medicamentos na quase totalidade dos países em que os comercializamos são controlados administrativamente e mantiveram-se fixos, não foi possível repercutir nos preços de venda o aumento desses custos. Nestas circunstâncias foi necessário implementar diversas medidas para a diminuição dos custos operacionais, nomeadamente o ajustamento da estrutura organizacional, com a redução transversal de um nível de gestão e a racionalização de algumas equipas funcionais. Para além de se aumentar a flexibilidade e eficiência, o seu contributo foi importante para reduzir os custos operacionais quando comparado com o período anterior ao COVID e estabilizá-los nos últimos anos.

Os Resultados Líquidos do Grupo, em 2024, foram de € 21,9M, (€ 26,9M em 2023), dos quais € 21,1M atribuíveis aos detentores do capital da empresa mãe, BIAL Holding, e € 0,8M aos interesses que não controlam. Os Resultados Antes de Impostos foram de € 33,7M (€ 42,0M em 2023). O EBITDA foi de € 67,5M e os Resultados Operacionais de € 39,6M. Nestes resultados estão incluídos € 53,2M de custos associados à I&D, como referido no ponto anterior. A diminuição do nível de rentabilidade em 2024 face a 2023 deve-se, fundamentalmente, à redução do valor dos “milestones” provenientes dos contratos de licença em - € 7,8M e à redução das vendas de Aptiom nos EUA, com um impacto na margem bruta superior a € 20M. Em sentido oposto, a venda da Medimport permitiu obter uma mais-valia de € 6,3M. O nível de rentabilidade em 2024 é francamente positivo, tendo permitido a redução da dívida financeira e respetivos custos. Os resultados financeiros foram negativos em € 6,0M, uma redução de 12% face a 2023. A dívida financeira líquida do Grupo em 2024.12.31 era de € 61,5M, uma redução de € 46,7M face a 2023, e de que resulta um rácio Net Debt \ EBITDA de 0,9.

Os Capitais Próprios são de € 329,8M, o Passivo de € 198,4M e o Ativo de € 528,2M, o que reflete um balanço saudável, com indicadores de solvabilidade e autonomia financeira muito positivos. É de salientar que os Capitais Próprios representam 1,7x o Passivo e 62% do Ativo.

BIAL - Portela & Cª é a principal empresa do Grupo, centraliza a atividade industrial e as funções corporativas, sendo a companhia com maior peso em termos comerciais e de I&D. A sua faturação foi de € 261,6M e o seu EBITDA de € 63,1M. Os Resultados Líquidos foram de € 22,3M. O Ativo Líquido é de € 431,8M, o Passivo de € 197,1M e os Capitais Próprios de € 234,6M. Estrutura sólida, com níveis de solvabilidade e autonomia financeira robustos e um nível de rentabilidade em 2024 muito interessante, similar ao de 2023.

A filial em Espanha, a segunda maior empresa do Grupo, apresentou um volume de negócios de € 90,0M (+5% face a 2023). O seu Resultado Líquido foi de € 4,4M, com um EBITDA de € 7,1M, sendo nulo o seu financiamento. O seu Ativo é de € 37,4M, o Passivo de € 22,3M, e os Capitais Próprios de € 15,1M. O mercado espanhol é estratégico para BIAL e continuará a ser uma prioridade o seu crescimento orgânico, baseado especialmente em Ongentys, Trydonis, Biresp e Gregal, estes três últimos medicamentos da área respiratória. Zebinix foi e continuará a ser o produto com maior faturação, mantendo estável as suas vendas não obstante a entrada de genéricos e a redução do seu preço. O sistema nervoso central e a área respiratória continuarão a ser os “drivers” da atividade em Espanha.

A Novipharma teve um contributo positivo para as contas do Grupo, como tem acontecido nos últimos anos, com uma faturação de 29,8M de CHF (+40% face a 2023), um Resultado Líquido de 7,4M de CHF e um EBITDA de 8,6M de CHF. A evolução positiva do seu volume de negócios resultou principalmente do forte crescimento das vendas para o Japão face a 2023, que retomou o seu nível habitual de compras após o ajustamento de stocks verificado nesse ano. O seu Ativo é de 81,5M de CHF, o Passivo de 35,5M de CHF, e os Capitais de 46,0M de CHF. Em termos operacionais desempenha importantes funções logísticas, de “procurement” associado aos princípios ativos dos medicamentos de investigação BIAL, gestão da produção de APIs, e o relacionamento com licenciadas do Grupo, especialmente as dos países asiáticos.

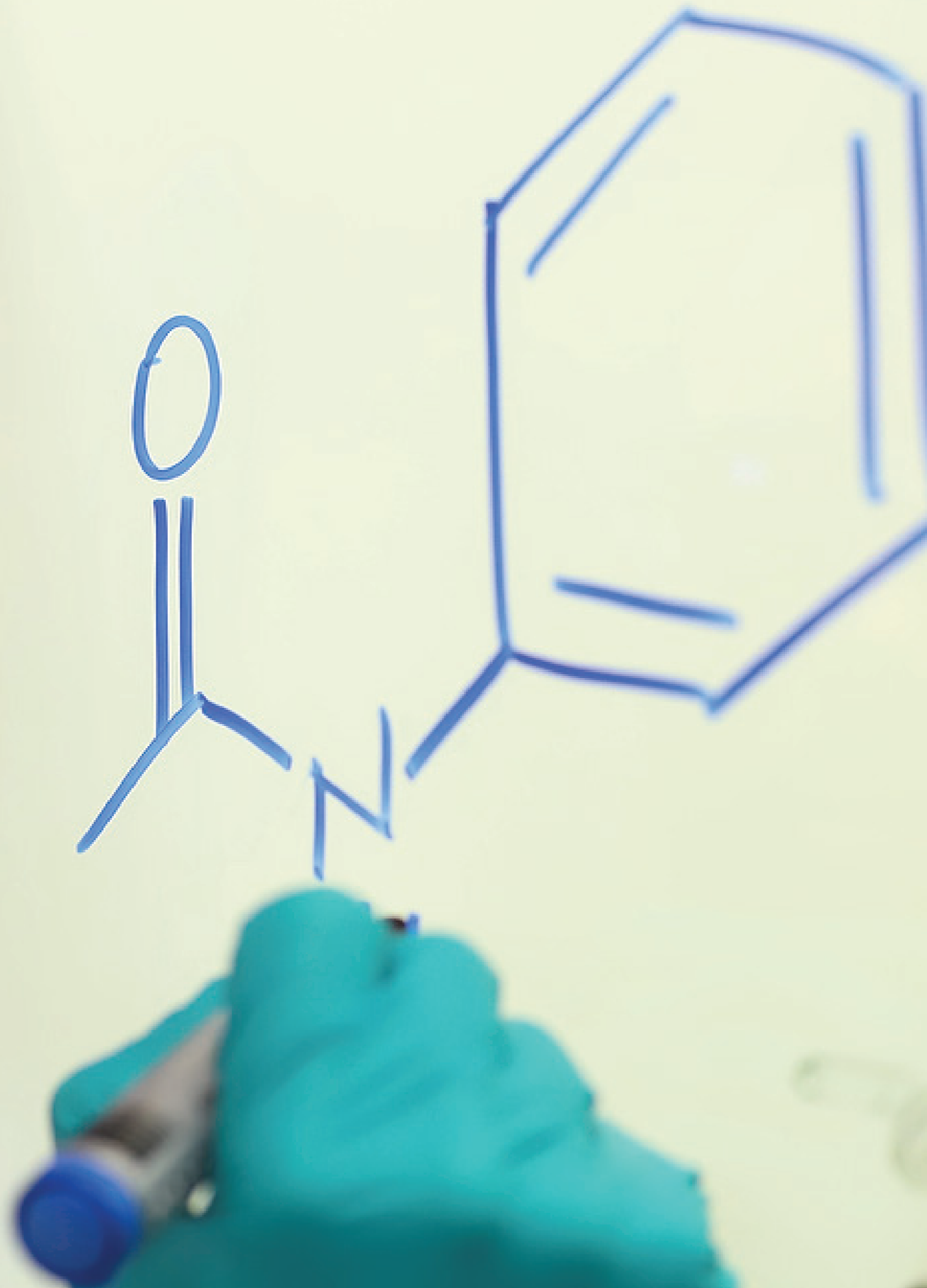
BIAL Itália teve uma faturação de € 14,8M, um crescimento de 10% face a 2023, mantendo a boa dinâmica comercial. O Ativo é de € 17,8M, o Passivo é € 17,1M, e os Capitais Próprios de 0,7M. O Resultado Líquido do exercício foi de € 50K. É o segundo exercício em que apresenta resultados positivos, após anos de forte investimento na atividade promocional de Ongentys e Zebinix. As estimativas para o próximo triénio têm previsto a obtenção de resultados líquidos positivos e a recuperação das perdas registadas nos últimos anos, reforçando-se a estrutura do seu balanço.

A BIAL R&D Investments é uma filial focada na I&D, que está a desenvolver, em parceria com a Bial - Portela C^a, o projeto BIA28, que é presentemente o mais importante projeto de investigação do Grupo. Não teve receitas próprias, conforme previsto, e na sequência dos seus custos operacionais com as atividades de I&D, teve um EBITDA negativo de € 19,6M, valor idêntico a esses custos. Os Resultados Líquidos foram negativos em € 16,0M. O financiamento da sua atividade tem sido suportado pela BIAL Holding, enquadrado na política de I&D do Grupo, mas em 2024 o seu financiamento foi assegurado pela emissão de um empréstimo obrigacionista, de médio prazo, no montante de € 15,0M.

As restantes filiais do Grupo não têm significado nas contas consolidadas uma vez que a sua atividade é quase exclusivamente realizada com a BIAL - Portela & C^a ou é de reduzida dimensão, pelo que as suas contas individuais não têm expressão em termos de consolidação contabilística.

O exercício de 2024 caracterizou-se por uma evolução favorável da atividade do Grupo, com o cumprimento de diversos objetivos prioritários, um bom nível de rentabilidade, e reforço dos indicadores de solvabilidade e autonomia financeira. Na I&D foi dada continuidade ao projeto BIA28, assim como aos restantes projetos, quer os relativos aos produtos já em comercialização (BIA2 e BIA9), quer aos novos projetos, incluindo os da área das doenças raras.

É muito preocupante a presente instabilidade política a nível mundial, com um muito significativo aumento do grau de incerteza quanto ao futuro, nomeadamente nos EUA, União Europeia, China e Rússia. Não obstante, e como fator positivo, mantêm-se as expectativas de crescimento económico a nível mundial e a continuação da descida das taxas de juro das principais moedas. A guerra de tarifas aduaneiras entre os principais blocos económicos é um fator de instabilidade que poderá causar recessão nas principais economias mundiais. São tempos difíceis que obrigam a uma máxima concentração nos objetivos do Grupo e na capacidade de reação a uma conjuntura instável.



5. SUSTENTABILIDADE & PRINCÍPIOS ESG

O Grupo BIAL, desde há mais de vinte anos, segue uma política de responsabilidade corporativa, de natureza transversal e inserida nas suas diversas áreas operacionais. Essa postura tem evoluído, tornando-se progressivamente mais global e presente no seu dia a dia, quer através da certificação na área de ambiente (ISO 14001), quer através de procedimentos e práticas associadas à economia circular, responsabilidade social e “governance”.

BIAL - Portela & C.^a, como principal empresa do Grupo, é a que tem maior relevância nesta política, desde a sua área industrial até às atividades de investigação e desenvolvimento, passando por uma forte política de responsabilidade social materializada no apoio a múltiplas instituições e iniciativas da sociedade civil. O desenvolvimento sustentável está presente nas decisões tomadas e nas políticas a definir e implementar. No entanto, todas as filiais do Grupo seguem os mesmos princípios e linhas de orientação.

A Sustentabilidade é um dos três vetores da política estratégica de Bial, a par da I&D e da Internacionalização. Em 2023 foi criada uma equipa específica para apoiar e monitorizar a implementação desta política por forma a endereçar atempada e adequadamente os desafios que as novas disposições legais impõem, além de aproveitar as oportunidades que se criam, sobretudo ao nível do incremento da eficiência operacional. Em 2023 foi publicado o primeiro relatório de sustentabilidade, reflexo desse compromisso.

Em 2024 foi aprofundado o trabalho e estruturadas as formas da atuação e a sistematização das ações, resultados obtidos, e metas cumpridas. O Relatório de Sustentabilidade 2024, apresentado em anexo, apresenta de forma estruturada e com base nos princípios ESG, o trabalho que foi desenvolvido.

É política do Conselho de Administração dar continuidade a esse trabalho, em linha com a legislação da União Europeia, com o “focus” na criação de valor acrescentado para todas as partes interessadas, quer internas quer externas, em que os pacientes as-

sumem uma preponderância inquestionável. A nossa I&D é para eles que trabalha.

O Ambiente, o Social e a Governança serão os vetores que estruturam a nossa política, para contribuirmos para um planeta sustentável a longo prazo, com melhor qualidade de vida para todos os seres vivos, em especial o ser humano. A Saúde é um pilar inquestionável dessa qualidade de vida.

Em anexo apresentamos o relatório de sustentabilidade de 2024, que mostra os aspetos mais relevantes da atividade do Grupo nesta área e a sua evolução. BIAL apresenta este relatório apesar de não estar sujeita a qualquer obrigação legal para o fazer.

6. FACTOS SUBSEQUENTES a 2024.12.31

Não são conhecidos eventos posteriores a 2024.12.31 que possam influenciar as demonstrações financeiras de 2024 ou que justifiquem uma revisão dos planos e orçamentos aprovados para 2025 para as diversas empresas do Grupo.

7. PERSPETIVAS PARA 2025

O Grupo BIAL continuará a desenvolver a sua atividade de acordo com os vetores estratégicos aprovados, que têm orientado o seu desenvolvimento como grupo farmacêutico internacional focalizado na investigação de medicamentos inovadores, que contribuam para a saúde e qualidade de vida das pessoas.

Estão aprovados pelo Conselho de Administração para 2025, para todas as empresas do Grupo, os Planos e Orçamentos de Exploração e de Investimento, assim como os objetivos da Comissão Executiva.

Em 2025 são de salientar os seguintes projetos e atividades:

- Na área de I&D:
 - No projeto BIA9, Ongentys, dar continuidade aos ensaios clínicos de fase IV em alguns países europeus, que visam robustecer o conhecimento clínico do fármaco, nomeadamente em condições de prática clínica corrente, e obter a sua aprovação na China.
 - O projeto BIA28, que tem como objetivo obter um novo medicamento para a doença de Parkinson, em doentes com uma específica mutação genética, é onde será realizado o maior investimento financeiro, e tem como prioridade continuar o ensaio clínico de fase II em curso nos EUA e em vários países europeus, após ter sido concluída a seleção de doentes em agosto de 2024. Prevemos ter os seus resultados no 2º trimestre de 2026. Este projeto é da responsabilidade de um consórcio constituído entre duas empresas do Grupo, Bial - Portela C^a, SA e Bial R&D Investments.
 - Na sequência da nova orientação estratégica aprovada em 2023 para as áreas terapêuticas de investigação, sistema nervoso central e doenças raras de origem neurológica, é nosso objetivo prosseguir com os dois novos projetos nesta última área e criar as condições para que, em 2026, um deles inicie a fase clínica.
- Na área comercial:
 - Reforçar a dinâmica comercial nos diversos mercados em que o Grupo está presente, tanto direta como indiretamente, em especial nos medicamentos de investigação Bial, com especial ênfase em Ongentys, e lançar Kynmobi, novo medicamento para a doença de Parkinson, em Espanha, Portugal e Itália.
 - Ongentys, que foi o primeiro produto em faturação em 2024, está comercializado nos principais mercados mundiais, que representam mais de 80% do valor global do mercado da doença de Parkinson, terá de ser um dos “drives” de crescimento a médio prazo. Alemanha, Itália, Espanha, Reino Unido, Portugal, Irlanda, Áustria e Suíça na Europa, e EUA e Japão fora da Europa, serão os

países prioritários para suportar o crescimento de Ongentys.

- Garantir a competitividade de Zebinix \ Aptiom, especialmente em Espanha e EUA, os seus dois principais mercados. Em Espanha, após a perda de patente em junho de 2021, que implicou a necessidade de reduzir o seu preço e ter vários genéricos como competidores diretos, aumentar a sua quota de mercado em unidades, à semente-lhança do ocorrido desde 2022. Nos EUA, onde se prevê a entrada de genéricos a partir de maio p.f., garantir o melhor desempenho no mercado com condições comerciais competitivas.
- Dar continuidade ao muito bom desempenho comercial desde 2021 dos dois novos medicamentos antidiabéticos (Ebymect e Edistride), lançados em 2020 em Portugal, que em conjunto representam o terceiro maior contributo para a faturação do Grupo, assim como reforçar a competitividade da área do sistema nervoso central e área respiratória em Portugal e Espanha.
- Manter condições competitivas nos mercados emergentes onde Bial está presente, com uma gama de produtos adequada e níveis de rentabilidade adequados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE BIAL HOLDING, S.A (EMPRESA-MÃE)

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Chairman**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

RICHARD PILNIK | **Vogal**

MELANIE LEE | **Vogal**

PIERLUIGI ANTONELLI | **Vogal**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

JOERG HOLENZ | **Vogal**

MAXIMILIANO BRICCHI | **Vogal**



I. BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores em euros

DATAS

ATIVO	Notas	2024.12.31	2023.12.31
ATIVO NÃO CORRENTE :			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Terrenos e recursos naturais		12 358 625	12 358 625
Edifícios e outras construções		24 135 485	17 532 886
Equipamento básico		21 008 661	18 361 635
Equipamento de transporte		113 909	245 038
Equipamento administrativo		1 072 080	2 327 476
Outros ativos fixos tangíveis		298 377	289 658
Ativos fixos tangíveis em curso		1 775 598	11 140 545
Adiantamentos a fornecedores de investimento		161 583	632 551
	12	60 924 319	62 888 414
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Projetos de desenvolvimento		115 672 272	134 353 571
Propriedade industrial		10 290 105	3 577 319
Outros ativos intangíveis		4 058 219	2 529 562
Ativos intangíveis em curso		15 006 917	22 418 312
Goodwill	8	1 698 137	3 396 275
	12	146 725 651	166 275 038
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Partes de capital em outras empresas		114 820	114 820
Outros investimentos financeiros		124 520	448 348
	12	239 340	563 168
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Outros créditos a receber	14	20 228 926	25 356 271
		20 228 926	25 356 271
IMPOSTOS DIFERIDOS			
Ativos por impostos diferidos	10	50 075 317	59 270 905
		50 075 317	59 270 905
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		99 209 591	93 421 426
Mercadorias		12 458 962	15 016 291
Produtos e trabalhos em curso		2 665 285	4 387 172
Produtos acabados e intermédios		9 684 592	10 511 094
	13	124 018 429	123 335 983
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Clientes	11	36 451 246	45 587 411
Estado e outros entes públicos	15	4 856 058	3 153 759
Outras créditos a receber	14	16 987 617	18 646 981
Devedores por acréscimos de rendimentos	16 a)	9 319 333	5 456 328
		67 614 254	72 844 479
DIFERIMENTOS			
Gastos a reconhecer	16 a)	3 810 847	3 095 241
		3 810 847	3 095 241
Outros ativos financeiros	12	0	0
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS			
Depósitos a prazo		990 238	937 551
Depósitos à ordem		54 381 452	72 078 164
Caixa		49 932	59 418
	5	55 421 622	73 075 133
TOTAL DO ATIVO		529 058 706	586 704 631

30

Valores em euros

DATAS

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2024.12.31	2023.12.31
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		52 500 000	52 500 000
Prémios de emissão		12 500 000	12 500 000
Reservas legais		25 800	25 800
De conversão cambial		8 283 784	9 405 117
Outras reservas		79 292 997	51 840 553
Subsídios		18 080 022	20 611 613
Instrumentos financeiros		0	0
Resultados transitados		133 071 660	136 615 230
Subtotal		303 754 264	283 498 313
Resultado líquido do exercício		21 135 218	26 007 082
		324 889 481	309 505 396
Interesses que não controlam		4 876 059	5 041 218
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		329 765 541	314 546 614
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	19	1 028 673	2 241 194
Empréstimos obrigacionistas	17	81 428 571	55 714 286
Financiamentos obtidos	17	19 535 604	71 254 709
Passivos por impostos diferidos	10	1 486 805	1 770 378
Outras dívidas a pagar	14	4 951 853	5 984 017
		108 431 507	136 964 583
		128 997 014	143 213 882
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		36 106 381	41 176 791
Estado e outros entes públicos	15	3 198 576	4 409 841
Empréstimos obrigacionistas	17	4 285 714	34 285 714
Financiamentos obtidos	17	11 658 667	20 005 659
Fornecedores de investimentos	18	2 123 726	5 158 458
Outras dívidas a pagar	14	2 821 234	1 401 476
Outros passivos	16	30 376 158	28 386 568
		90 570 457	134 824 508
DIFERIMENTOS			
Rendimentos a reconhecer	16	291 201	368 927
		291 201	368 927
TOTAL DO PASSIVO		199 293 165	272 158 017
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		529 058 706	586 704 631

31

II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas	20	309 426 341	307 039 369
Serviços prestados	20	24 029 599	30 320 722
Volume de negócios		333 455 940	337 360 092
Subsídios à exploração	21	150 891	13 822
Trabalhos para a própria entidade		0	0
Variação nos inventários da produção		186 975	4 716 336
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-100 219 302	-94 785 151
Fornecimentos e serviços externos	23	-95 944 920	-87 618 810
Gastos com o pessoal	24	-71 605 949	-70 101 165
Perdas por imparidade	19; 25	-1 854 890	-3 481 504
Provisões	25	-158 798	-1 562 809
Reversões	19; 25	4 128 205	559 752
Outros rendimentos	26	17 041 379	12 426 760
Outros gastos	27	-17 715 957	-22 479 837
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		67 463 573	75 047 485
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12	-29 665 174	-28 080 949
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	12; 25	1 838 279	1 823 073
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		39 636 679	48 789 609
Juros e rendimentos similares obtidos	28	714 598	527 201
Juros e gastos similares suportados	28	-6 672 378	-7 299 430
Resultado antes de impostos		33 678 898	42 017 380
Imposto sobre o rendimento do período	10	-11 787 615	-15 084 173
Resultado líquido do período		21 891 283	26 933 208
Resultado de atividades descontinuadas (líquido de imposto) incluído no resultado líquido do período		4 561 419	
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		21 135 218	26 007 082
Interesses que não controlam		756 065	926 125

III. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2023

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	RESULTADOS TRANSITADOS	INTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAP. PRÓPRIO
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	6 979 691	45 474 829	23 008 709	139 251 973	311 142	5 228 983	285 281 125	5 452 290	290 733 415
Aplicação resultado líquido					6 365 723		-1 136 740		-5 228 983	0		0
	52 500 000	12 500 000	25 800	6 979 691	51 840 552	23 008 709	138 115 230	311 142	0	285 281 125	5 452 290	290 733 415
Alterações de políticas contábilísticas												
Diferenças de conversão demons. financeiras				2 425 426						2 425 426	309 784	2 735 211
Subsídios						-3 093 027				-3 093 027		-3 093 027
Ajustamentos por impostos diferidos						695 932		-401 473		294 459		294 459
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								90 331		90 331		90 331
	0	0	0	2 425 426	0	-2 397 096	0	-311 142	0	-282 811	309 784	26 973
Resultado líquido do período									26 007 082	26 007 082	926 125	26 933 208
Resultado integral									26 007 082	25 724 271	1 235 910	26 960 181
Operações com detentores de capital no período												
Realizações de capital										0		0
Realizações de prêmios de emissão										0		0
Distribuições							-1 500 000			-1 500 000		-1 500 000
Outras operações										0	-1 646 981	-1 646 981
Posição no fim do período	52 500 000	12 500 000	25 800	9 405 117	51 840 553	20 611 613	136 615 230	0	26 007 082	309 505 396	5 041 218	314 546 614

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2024

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	RESULTADOS TRANSITADOS	INTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAP. PRÓPRIO
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	9 405 117	51 840 553	20 611 613	136 615 230,07	0	26 007 082	309 505 396	5 041 218	314 546 614
Aplicação resultado líquido					27 350 650		-1 343 568		-26 007 082	0		0
	52 500 000	12 500 000	25 800	9 405 117	79 191 203	20 611 613	135 271 660	0	0	309 505 395	5 041 218	314 546 613
Alterações de políticas contábilísticas												
Diferenças de conversão demons. financeiras				-1 121 333						-1 121 333	-114 442	-1 235 775
Subsídios						-3 563 755				-3 563 755		-3 563 755
Ajustamentos por impostos diferidos					101 793	1 032 164				1 133 957		1 133 957
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										0		0
	0	0	0	-1 121 333	101 793	-2 531 591	0	0	0	-3 551 131	-114 442	-3 665 573
Resultado líquido do período									21 135 218	21 135 218	756 065	26 933 208
Resultado integral									21 135 218	17 584 087	641 623	18 225 710
Operações com detentores de capital no período												
Realizações de capital										0		0
Realizações de prêmios de emissão										0		0
Distribuições							-2 200 000			-2 200 000		-2 200 000
Outras operações										0	-806 782	-806 782
Posição no fim do período	52 500 000	12 500 000	25 800	8 283 784	79 292 997	18 080 022	133 071 660	0	21 135 218	324 889 481	4 876 059	329 765 541

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	353 918 133	346 653 229
Pagamentos a fornecedores	-217 444 984	-228 137 505
Pagamentos ao pessoal	-65 989 604	-64 512 667
Caixa gerada pelas operações	70 483 545	54 003 057
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-5 616 311	-3 153 977
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	-10 478 903	-7 676 467
	54 388 330	43 172 613
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	54 388 330	43 172 613
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-11 138 740	-12 625 296
Ativos intangíveis	0	-1 800 000
Investimentos financeiros	0	0
Outros ativos	0	-9 348 415
Subsídios ao investimento	-4 929 134	-16 067 874
		-476 186
		-24 249 897
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	9 849 039	70 836
Outros ativos		
Subsídios ao investimento	4 280 660	1 256 530
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		14 129 699
		1 327 366
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-1 938 175	-22 922 531
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	264 000 000	383 193 854
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Juros e rendimentos similares	781 870	324 293
Outras operações de financiamento	0	0
	264 781 870	383 518 147
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-328 869 048	-379 020 188
Juros e gastos similares	-2 998 057	-4 458 377
Dividendos	-3 018 431	-2 535 750
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
	-334 885 536	-386 014 314
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-70 103 666	-2 496 167
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-17 653 511	17 753 916
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período (nota 5)	73 075 133	55 321 217
Caixa e seus equivalentes no fim do período (nota 5)	55 421 622	73 075 133

V. ANEXO CONSOLIDADO EM 2024.12.31

Valores em Euros

1. Introdução

BIAL tem por objeto social a produção, comércio, investigação e desenvolvimento de especialidades farmacêuticas para uso humano, e tem sede no Coronado (S. Mamede e S. Romão), Trofa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 2025.03.13.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A empresa elabora o relato contabilístico das suas contas individuais e consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da empresa e das suas subsidiárias a 31 de dezembro de 2024.

A partir da publicação do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho a empresa iniciou a preparação e apresentação de contas consolidadas. Deste modo, as presentes demonstrações financeiras consolidadas não são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela empresa. Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Base das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC;

- A transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016.
- As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas no parágrafo 3.1.a) e 3.1.c) e previstas na data de transição.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são mensurados de acordo com o modelo do custo.

Na data de transição para o SNC foi adotado o custo considerado:

- Para terrenos e edifícios, o justo valor de uma avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2003, por uma entidade independente e na base dos valores de mercado, e da qual resultou um acréscimo de valor de € 6 955 076;
- Para os restantes ativos fixos tangíveis, o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC, o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Subsequentemente, foi decidido manter o custo considerado, optando pelo método do custo na valorização de todos os ativos fixos tangíveis.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

Em 2023, as taxas de amortização definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada são as seguintes:

2023 % anual	
Edifícios e outras construções	2%, 6% e 10%
Equipamento básico	6%-13%, 20%, 25%
Equipamento de transporte	20% e 25%
Equipamento administrativo	6%, 13%, 17%

2024 % anual	
Edifícios e outras construções	2%, 6% e 10%
Equipamento básico	6%-13%, 20%, 25%
Equipamento de transporte	20% e 25%
Equipamento administrativo	6%, 13%, 17%

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são amortizados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revidos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

O ativo fixo tangível inclui bens em regime de locação financeira que são amortizados com o mesmo critério dos restantes bens.

b) Imparidade

As empresas englobadas na consolidação avaliam se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, as empresas estimam a quantia recuperável do

ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de venda e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada, caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

c) **Goodwill**

O *goodwill* corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de ativos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

O *goodwill* relativo a subsidiárias englobadas na consolidação encontra-se discriminado em rubrica própria do Balanço.

Em 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF) a empresa adotou a isenção da NCRF 3 - Adoção pela primeira vez da NCRF relativa a Concentrações de atividades empresariais pelo que adotou como custo

considerado, nessa data, o valor do *goodwill* constante das contas preparadas de acordo com o POC (custo de aquisição menos amortizações acumuladas até 31 de dezembro de 2008 e menos qualquer perda por imparidade apurada nessa data), ao invés de calcular o *goodwill* retrospectivamente à data da concentração com base em informação disponível a essa data.

Nas aquisições subsequentes a 1 de janeiro de 2009, o *goodwill* é mensurado pelo seu custo, que corresponde ao excesso do custo das concentrações de atividades empresariais a que respeitam face ao interesse do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da concentração.

A partir de 2016, o *goodwill* é amortizado de acordo com as disposições da NCRF 14, à taxa anual de 10%, pelo prazo de 10 anos.

Sempre que o interesse da adquirente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis excede o custo da concentração de atividades empresariais, a diferença é imediatamente reconhecida nos resultados do período após reavaliação da identificação e mensuração dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e da mensuração do custo da concentração.

Quando o *goodwill* faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte de uma operação dentro dessa unidade é alienada, o *goodwill* associado com a operação alienada é incluído no valor contabilístico da operação para determinar o ganho ou perda da operação. O *goodwill* desreconhecido nestas circunstâncias é mensurado com base nos valores relativos entre a operação alienada e a parte da unidade geradora de caixa mantida.

O *goodwill* apresentado no Balanço está mensurado ao custo menos imparidade e amortizações acumuladas.

A empresa testa o *goodwill* quanto à imparidade se os acontecimentos ou as alterações nas circunstâncias indicam que pode estar com imparidade, de acordo com a NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

Para efeitos de testar a imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera que venham a beneficiar das sinergias da concentração, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida poderem também ser alocados a essas unidades.

d) **Ativos intangíveis, exceto goodwill**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

As despesas de investigação e desenvolvimento são consideradas como



gastos nos exercícios em que forem incorridas, salvo se cumprirem os requisitos do SNC para serem capitalizadas. Neste último caso, são reconhecidas como um ativo intangível e amortizadas numa base sistemática e racional nos exercícios, corrente e futuros, com referência ou à venda ou ao uso do proveito ou processo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea b).

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada, caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das quotas constantes.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

Projetos de desenvolvimento	5%
Software-validações	33.33%
Propriedade industrial	5% - 33.33%

Encontram-se classificados no ativo, os projetos de desenvolvimento BIA2, na área da epilepsia e o BIA9, medicamento para a doença de Parkinson.

Os restantes projetos de investigação e desenvolvimento, à data do balanço, ainda não reúnem as condições para se qualificarem como um ativo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “gastos/reversões de depreciação e amortização”.

A amortização do Zebinix, medicamento antiepiléptico, é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo começado em setembro de 2009 com o início da comercialização na Europa.

A amortização do Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson) é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado a amortização do ativo em setembro de 2016 com o início da comercialização na Europa.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contábilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

d.1) Projetos de desenvolvimento

São requisitos essenciais, para um “projeto de I&D ser classificado no ativo, na rubrica de “projetos de desenvolvimento”, os seguintes:

- A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda.
- A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível.
- A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.
- A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A existência de contratos de *licensing-out* é a evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

O valor da rubrica de “projetos de desenvolvimento” inclui:

- O investimento no BIA2 após a sua entrada na Fase III de desenvolvimento, a qual coincidiu com o primeiro contrato de *licensing-out* em 2007. No início de 2009, obteve-se a aprovação por parte da EMA, tendo-se iniciado a comercialização em outubro de 2009 do medicamento com a marca Zebinix, após o desenvolvimento do acetato de eslicarbazepina. Em 2013, a FDA aprovou o medicamento para os EUA, tendo-se iniciado a comercialização em 2014, com a marca Aptiom. Foi aprovada a “monoterapia” pela FDA, para os EUA, em agosto de 2015 e iniciada a comercialização em novembro de 2015. Em 2016, a EMA aprovou a “pediatria” para a Europa, tendo-se iniciado a sua comercialização em julho de 2017, data a partir da qual teve início a amortização do custo com a indicação para a pediatria. Em 2018, o medicamento foi licenciado para a Coreia do Sul. Em 2020, foi assinado acordo de distribuição para a Austrália. Em 2022, foram assinados acordos de distribuição para Israel.

- O investimento no novo medicamento para a doença de Parkinson (BIA9), o qual se encontra aprovado pela EMA para a Europa. Este facto, aliado ao seu primeiro contrato de licenciamento-out celebrado para o mercado japonês (terceiro maior mercado mundial em termos de prevalência da doença), tornam altamente provável a recuperação do investimento já realizado. Nestas circunstâncias, a empresa optou por iniciar a capitalização das despesas de desenvolvimento do BIA9 incorridas na Fase III de desenvolvimento. Em consonância, a partir de 2013, os subsídios atribuídos ao BIA9 passaram a ser contabilizados no capital próprio. Em 2016, o dossier entregue na EMA foi aprovado para a comercialização do medicamento na Europa, sob a marca Ongentys, cujo início ocorreu em setembro de 2016. Consequentemente o ativo encontra-se a ser amortizado a partir de igual data. Em 2017, o medicamento foi licenciado para os EUA, em 2018 foi licenciado para a China e Coreia do Sul e em 2019 foi licenciado para Taiwan. Em 2020 iniciou-se a comercialização do medicamento nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça. Em 2022, foi assinado acordo de distribuição para Austrália. Em 2023 destaca-se a substituição do distribuidor nos EUA.

As despesas com desenvolvimento inicialmente reconhecidas como custos não são reconhecidas como um ativo em períodos subsequentes.

d.2) Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

d.3) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidas as patentes registadas em nome das empresas englobadas na consolidação, relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização, sendo a mais relevante a da Apomorfina (Kynmobi).

d.4) Marcas

As marcas referem-se a marcas adquiridas a entidades exteriores.

As marcas geradas internamente não são reconhecidas como ativo.

As marcas com direitos de utilização limitados são amortizadas, numa base constante, durante o período de uso.

e) Participações financeiras

A empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em:

- Subsidiárias excluídas da consolidação;

- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Grupo;
- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

f) Ativos financeiros (exceto participações financeiras)

Os ativos financeiros são reconhecidos quando se constitui parte na respetiva relação contratual. Os ativos financeiros, que não as participações financeiras, estão valorizados ao custo amortizado, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano o Grupo avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como o não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que, de outro modo, não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados cada um per se para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros.

f.1) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e

prestações de serviços descritos na alínea p) sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade, determinada com base nos critérios definidos acima.

f.2) Outras dívidas a receber

As Outras dívidas a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao valor estimado/contratualizado;
- Outros devedores - ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos acima.

f.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da caixa e bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “financiamentos obtidos” do balanço.

g) Imposto sobre o rendimento

g.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A empresa-mãe e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e são tributadas em sede de imposto sobre o rendimento são tributadas no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal e acrescida de uma taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável entre € 1,5 M e € 7,5 M, de 5% sobre o lucro tributável que exceda os € 7,5 M até € 35 M e de 9% sobre o lucro tributável que exceda os € 35 M.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições das empresas englobadas na consolidação, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre quatro e cinco anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão

correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

g.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias (dedutíveis e tributáveis) entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos do Grupo.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os prejuízos e os créditos fiscais suscetíveis de serem utilizados no futuro são reapreciados no final de cada exercício, sendo apenas reconhecidos os ativos por impostos diferidos com possibilidade de recuperação.

Portugal:

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data.

A dedução de prejuízos fiscais está limitada a 65% do lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não

tenham sido deduzidos, nas mesmas condições, nos períodos de tributação posteriores.

Itália e EUA:

O período de dedução dos prejuízos fiscais não tem prazo limite

h) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

Produtos acabados - ao custo de produção, englobando matérias-primas e subsidiárias ao preço médio mais despesas de produção definidas pelos departamentos industrial e de qualidade.

Produtos intermédios - ao preço do produto acabado deduzido das embalagens de consumo.

Produtos e trabalhos em curso - ao custo dos materiais incorporados, acrescido dos custos industriais de acordo com a fase de fabrico.

Matérias-primas - ao custo médio de aquisição.

Materiais de embalagem e outros (caixas, rótulos e prospetos) - ao preço médio de aquisição.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.



i) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

j) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

l) Rubricas do capital próprio

I.1) Capital subscrito

Atualmente, todo o capital da BIAL Holding, S.A. está realizado, considerando que existe um prémio de emissão apurado de € 12 500 000.

I.2) Reserva legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

I.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas com base nos termos do anterior normativo contabilístico, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica de excedentes de revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Esta rubrica inclui também eventuais ganhos por aumentos de justo valor que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

I.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após respeitadas as condições previstas no art.º 32 e 33 do CSC.

I.5) Outras variações no capital próprio - Subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos dos respetivos impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relativos a investimentos são registados nos capitais próprios, sendo transferidos para resultados (outros rendimentos) ao longo da vida útil dos bens na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em que seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

I.6) Outras variações no capital próprio – Diferenças de conversão de demonstrações financeiras

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

Esta rubrica reflete as diferenças de transposição de demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação sempre que a sua moeda funcional (ambiente económico principal no qual operam) não é o Euro e que resultam de, à data de cada balanço:

- Os ativos e passivos em moeda estrangeira serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio de fecho;
- Os ganhos e perdas serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio à data da transação.

m) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte numa saída de recursos da entidade que incorporem

benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos, são também reconhecidos os gastos de transação.

Os passivos financeiros estão valorizados nos termos indicados nas alíneas seguintes.

n.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado determinado com base no método do juro efetivo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui todos os encargos financeiros calculados de acordo com o método do juro efetivo.

Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (parágrafo 37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos instrumentos financeiros derivados são apresentados, consoante o caso, em "outros ativos financeiros" ou "outros passivos financeiros" e como não correntes ou como correntes, seguindo o critério como o financiamento está apresentado no Balanço.

n.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

n.3) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimentos – contas gerais, estão mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo.

As restantes dívidas a pagar estão mensuradas ao custo amortizado.

n.4) Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo amortizado.

o) Efeito das alterações das taxas de câmbio

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de câmbio do fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

As cotações cambiais usadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras de países fora da zona Euro à data do balanço foram as seguintes:

2023:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	0,9386	0,9423
GBP	0,828	0,8314
USD	1,0389	1,0431
JPY	162,204	162,855
SEK	11,4233	11,469
CAD	1,493	1,499

2022:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	0,928	0,9318
GBP	0,8662	0,8697
USD	1,1038	1,1083
JPY	156,137	156,762
SEK	11,0416	11,0858
CAD	1,4614	1,489

As taxas de câmbio médias utilizadas em 2024 e 2023 foram as seguintes:

	2024	2023
GBP	0,84662	0,86979
CHF	0,95263	0,97180
USD	1,08238	1,08127
AOA	940,80431	747,44911
MZN	68,92850	68,45800

p) Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidade concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade (saldo a receber), e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e das prestações de serviços:

p.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

p.2) Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade; e

- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

O rédito resultante da venda de licenciamento de investigação própria é reconhecido quando os acordos são celebrados e os riscos e benefícios inerentes à exploração da licença são transferidos de forma irreversível para a contraparte, esta não depende do continuado envolvimento da empresa para beneficiar do bem transferido, e a receita recebida não é reembolsável. Para além da venda do licenciamento, os contratos realizados preveem a obtenção de receitas adicionais condicionadas à realização de determinados eventos (“milestones”) que dependem do esforço continuado da empresa. A receita reconhecida corresponde ao justo valor atribuído a cada uma das componentes separadas previstas no acordo de licenciamento quando o “milestone” é atingido. A contabilização dos milestones é efetuada de acordo com o *guidance* da IFRS 15.

O rédito resultante de vendas do Zebinix e do ONgentys para alguns Países da Europa e do Aptiom para os EUA, é estimado e posteriormente validado após conhecido o montante de vendas realizadas pela empresa que comercializa o produto.

q) Trabalhos para a própria entidade

As normas contabilísticas preveem que poderão ser adicionados ao custo de um ativo qualificável (em termos simples, os ativos que demoram um período substancial para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda), as despesas suportadas com a finalidade de colocar a operar esse ativo, incluindo os encargos financeiros associados suportados nesse período.

A estratégia do Grupo para o desenvolvimento dos projetos de investigação em curso passa por um investimento considerável em recursos internos e não apenas em recursos externos.

Esta rubrica refere-se a projetos de desenvolvimento, efetuados internamente pelas empresas do grupo, e que são capitalizadas em ativo intangível. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados tendo por base a capacidade normal de produção.

r) Benefícios dos empregados

Não estão atribuídos benefícios pós-emprego.

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “outras dívidas a pagar”.

As distribuições de lucros a empregados são reconhecidas em “gastos

com o pessoal” no período a que respeitam e não como uma distribuição de resultados, quando aplicável.

A Empresa deve reconhecer um passivo e um gasto relativo aos benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas:

- Quando a Empresa já não pode retirar a oferta de tais benefícios; e
- Quando a entidade reconhece os custos de uma reestruturação e que se inscreve no âmbito da NCRF 21 e que implica o pagamento de benefícios de cessação de emprego.

s) Subsídios e outros apoios a entidades públicas

O benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida. O benefício é contabilizado em conformidade com a presente Norma. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

s1) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são registados na demonstração dos resultados durante os períodos em que são reconhecidos os gastos a compensar.

s2) Subsídios ao investimento

Ver nota (I.5).

t) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (*Swap*).

Os custos financeiros de financiamento atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início de preparação das atividades de construção ou desenvolvi-

mento do ativo e é interrompido com o final da produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

u) Instrumentos financeiros de cobertura

Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura a parte efetiva dos derivados que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Na ausência de orientações detalhadas na NCRF 27 – Instrumentos financeiros sobre a forma de testar e documentar a efetividade da cobertura, as entidades englobadas na consolidação seguem as disposições aplicáveis da IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A variação no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preço de mercadorias detidas, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas em resultados na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura são reconhecidas no capital próprio na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” na sua componente efetiva e em resultados, na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”, na sua componente não efetiva. Os valores registados na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” são transferidos para resultados para a rubrica “aumentos/reduções por justo valor” no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A componente não efetiva daquelas variações é reconhecida de imediato em resultados. A empresa opta por efetuar esta cobertura através da contratação de financiamentos em moeda estrangeira.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27- Instrumentos financeiros nos termos detalhados na IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura são apresentados no balanço em “outros ativos financeiros” ou em “financiamentos obtidos” consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

Se aplicável, instrumentos financeiros derivados não considerados de cobertura vencíveis a curto prazo que são registados em caixa e depósitos bancários. À data de 31 de dezembro de 2024 não existem instrumentos financeiros nestas condições.

v) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados.

Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos.

Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

w) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

x) Ativos e Passivos não correntes detidos para venda

Esta rubrica inclui ativos não correntes cuja quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para a venda de tais ativos (ou grupos para alienação) e

- A sua venda é altamente provável. Isto é:
 - A hierarquia de gestão apropriada está empenhada num plano para vender o ativo (ou grupo para alienação);
 - Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
 - O ativo (ou grupo para alienação) foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente;
 - Espera-se que a venda se qualifique para reconhecimento como venda concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

3.2. Bases de consolidação

O universo empresarial do Grupo é composto pelas subsidiárias descritas na Nota 6.

As associadas são reconhecidas e mensuradas de acordo com os critérios descritos no parágrafo 3.1. (e).

Em obediência ao disposto no art.º 6 do Decreto-lei nº 158/2009, de 15 de julho, que aprovou o SNC, a entidade apresenta contas consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as Subsidiárias nas quais: Independentemente da titularidade do capital, se verifique que, em alternativa:

- Pode exercer, ou exerce efetivamente, influência dominante ou controlo;
- Exerce a gestão como se as duas constituíssem uma única entidade;

Sendo titular de capital:

- Tem a maioria dos direitos de voto, exceto quando se demonstrar que esses direitos não conferem o controlo;
- Tem o direito de designar ou de destituir a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade;
- Exerce uma influência dominante sobre uma entidade, por força de um contrato celebrado com esta ou de uma outra cláusula do contrato social desta;
- Detém pelo menos 20 % dos direitos de voto e a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade, que tenham estado em funções durante o exercício a que se reportam as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, no exercício precedente e até ao momento em que estas sejam elaboradas, tenham sido exclusivamente designados como consequência do exercício dos seus direitos de voto;

- Dispõe, por si só ou por força de um acordo com outros titulares do capital desta entidade, da maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da mesma.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se existe ou não controle.

As subsidiárias são consolidadas pelo método da consolidação integral desde a data de aquisição sendo esta a data na qual o Grupo obtém controle, e continuam a ser consolidadas até à data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são preparadas a partir da mesma data de relato que a casa-mãe, usando políticas contábilísticas consistentes.

Todos os saldos e os ganhos e perdas ainda não realizados resultantes de transações intragrupo são eliminados por inteiro.

Os interesses que não controlam são apresentados separadamente.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

O excesso do custo de aquisição relativamente à parcela do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos é reconhecido como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior àquele justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados no exercício em que é apurada, depois de reavaliar o processo de identificação e mensuração do justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes.

No processo de consolidação, as transações, saldos e ganhos não realizados em transações intragrupo e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência da existência de imparidade nos ativos transferidos e ainda não alienados.

As políticas contábilísticas utilizadas pelas subsidiárias na preparação das suas demonstrações financeiras individuais são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Às diferenças temporárias que surgem da eliminação dos resultados provenientes de transações intragrupo é aplicado o disposto na NCRF 25 — Impostos sobre o rendimento.

O capital próprio e o resultado líquido das subsidiárias que são detidos por terceiros alheios ao Grupo, são apresentados nas rubricas de “interesses minoritários” no balanço consolidado (de forma autónoma dentro do capital próprio) e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamen-

te. Na data de cada concentração das atividades empresariais, os valores atribuíveis aos minoritários são determinados aplicando a percentagem de interesse detida por eles ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o seu interesse no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os minoritários têm a obrigação e são capazes de cobrir esses prejuízos. Se e quando a subsidiária reporta lucros, o Grupo apropria todos os lucros, até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Uma entidade estando sujeita ao SNC é obrigada a preparar demonstrações financeiras consolidadas em Euro independentemente de a moeda funcional de algumas empresas do grupo não ser o Euro.

Não houve alterações na moeda funcional nem em relação à casa-mãe nem em relação a cada uma das unidades operacionais estrangeiras significativas.

3.3. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC, o Conselho de Administração do Grupo utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos gastos e rendimentos que venham realmente a ocorrer. Nestas circunstâncias, é de realçar o seguinte:

a) Reconhecimento de receitas de licenciamento a terceiros

Os contratos de licenciamento celebrados são complexos, envolvem “múltiplos elementos” e incluem geralmente:

- Recebimentos iniciais não reembolsáveis;
- Recebimentos adicionais condicionadas à ocorrência de eventos com alguma incerteza (“milestones”);
- Royalties;
- Determinação do preço do futuro fornecimento de matéria-prima ou produto acabado.

Para que a receita de licenciamento seja inteiramente reconhecida no momento do recebimento é necessário avaliar se o bem entregue tem um va-

lor intrínseco “stand-alone value” para a contraparte. Esta avaliação requer um julgamento extensivo, endereçando questões como, por exemplo, saber se tem a contraparte a experiência e competências necessárias para desenvolver o produto com vista à futura comercialização, sem os serviços de BIAL e/ou se há outros fornecedores de I&D que possam fornecer esses serviços adicionais de desenvolvimento.

Para que um determinado evento seja considerado de “milestone” é necessário que tenha alguma incerteza associada à sua ocorrência e que esteja dependente do desempenho da entidade ou de um determinado resultado originado pelo desempenho da entidade, para além de ter de originar o direito a receber pagamentos adicionais. Estes pagamentos devem cumprir os seguintes critérios:

- São compagináveis com o desempenho da entidade para atingir o milestone ou o valor acrescentado ao item entregue como consequência do facto do milestone ter sido atingido;
- São relacionados unicamente com eventos passados; e
- São razoáveis quando comparados com todos os pagamentos e todas as restantes entregas previstas no acordo.

Torna-se, por isso, necessário realizar uma análise detalhada de cada um dos “múltiplos elementos” previstos nos contratos e do contrato como um todo para determinar qual a alocação de receita a cada um dos “elementos” identificados.

b) Projetos de desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1-d. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um produto alcançou um marco de acordo com o modelo de projeto estabelecido pelo Conselho de Administração (geralmente a entrada na Fase III). Na determinação das quantias a serem capitalizadas, o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

O Zebinix – primeiro medicamento (antiepilético) de investigação própria lançado no mercado por uma empresa portuguesa - obteve a autorização das autoridades europeias, em fevereiro de 2009, ratificada pela Comissão Europeia em abril de 2009, e começou a ser comercializado em setembro de 2009 (em Portugal em abril de 2010), estando atualmente a ser comercializado na Europa.

Nos EUA, obteve-se a atribuição da autorização por parte da FDA para o Aptiom (marca do medicamento antiepilético no mercado americano) em novembro de 2013, tendo-se iniciado a comercialização nos EUA em abril de 2014.

A aprovação inicial obtida na Europa destina-se ao uso de Zebinix em doentes refratários, como adjuvante, ou seja, o Zebinix é prescrito a doentes que utilizam um outro medicamento de combate à epilepsia e, posteriormente, foi aprovado o uso em “monoterapia” em consequência da aprovação obtida em 2017. Também é usado em pediatria desde 2017. A aprovação inicial obtida nos EUA para o Aptiom abrange o uso em doentes refratários, como adjuvante e, posteriormente, o uso em “monoterapia”, em consequência da aprovação obtida em 2015.

O novo medicamento para a doença de Parkinson (opicapone) encontra-se licenciado para o Japão desde 2012, tendo sido licenciado para os EUA em 2017.

O início da comercialização na Europa ocorreu em 2016. Em 2020 iniciou-se a comercialização nos EUA, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Suíça. Em 2022 iniciou-se a comercialização na Austrália.

Em 2020 foi adquirido um conjunto de ativos intangíveis relativos a projetos de investigação na área da doença de Parkinson (BIA 28), incluindo direitos de propriedade intelectual sobre os mesmos.

Nos últimos anos foi dada sequência às atividades de I&D do BIA 28, sendo neste momento o projeto com maior alocação de capital.

Fruto da estratégia de se tornar um parceiro europeu na área das neurociências, em 2022 a BIAL assinou um acordo de licenciamento exclusivo com a farmacêutica norte-americana Sunovion Pharmaceuticals Inc. (Sunovion), uma subsidiária da Sumitomo Dainippon Pharma Co., Ltd., para a comercialização do filme sublingual de apomorfina na União Europeia, Espaço Económico Europeu e no Reino Unido.

A apomorfina sublingual é uma nova formulação da apomorfina em filme que se dissolve debaixo da língua para o tratamento agudo e intermitente dos períodos OFF da doença de Parkinson.

Nos termos do acordo estabelecido, a BIAL é responsável pelo processo de aprovação e submissão regulamentar, incluindo as interações com a Agência Europeia de Medicamentos. A BIAL iniciou a sua comercialização em 2024, na Alemanha.

Como parte do acordo, a Sunovion recebeu um pagamento inicial pela concessão da licença, decorrendo futuros pagamentos na sequência do processo de aprovação e comercialização deste medicamento, associado a volumes de vendas.

c) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a

vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera. Ver ponto 3.1 a) relativamente à alteração das vidas úteis de imobilizado.

No caso particular dos projetos de desenvolvimento, o período de vida útil atribuído excede o prazo de proteção das patentes, tendo sido relevante a informação histórica existente na indústria sobre medicamentos similares e o grau de penetração dos genéricos para aferir a vida útil estimada.

O Conselho de Administração entende que o período de vida útil de 20 anos atribuído ao Aptiom/Zebinix e o Ongentys corresponde a uma estimativa prudente, no sentido em que se prevê que a sua comercialização continue na década de 30.

De acordo com as alterações ao normativo contabilístico (ver nota 2), a Empresa passou a amortizar a *goodwill* a partir de 2016 por um período de 10 anos.

d) Impostos diferidos ativos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta os benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

A recuperação dos impostos diferidos tem como pressuposto subjacente, a previsão de vendas de Aptiom/Zebinix, a obtenção de novas receitas previstas no contrato de licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson para os EUA, Japão e resto do mundo, a previsão de vendas/milestones do BIA 28 bem como a revisão da relação entre empresas do Grupo e repartição de gastos e rendimentos.

e) Imparidade de ativos não financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos o custo de venda e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos o custo de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento que não inclui atividades de

reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

No que diz respeito aos ativos intangíveis (projetos de desenvolvimento), as variáveis mais sensíveis no teste de imparidade são:

- Período de proteção da patente;
- Receitas de licenciamento estimadas;
- Quota de mercado em cada país;
- Preços aprovados em cada país.

f) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

g) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e seus equivalentes, constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

Descrição	2024	2023
Numerário	49.932	59.418
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	54.381.452	72.078.164
Depósitos a prazo	990.238	937.551
Disponibilidades constantes do balanço	55.421.622	73.075.133
Caixa e seus equivalentes	55.421.622	73.075.133

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras descobertos bancários no montante de € 28,9 M.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se regista qualquer alteração em estimativas contabilísticas, com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

Não se regista qualquer erro material de períodos anteriores.

6. Empresas incluídas na consolidação

As demonstrações financeiras compreendem as seguintes empresas, todas elas detidas diretamente ou indiretamente por BIAL-Holding, S.A..

Empresa:	Sede:	Cap. Social	% detida pelo Grupo
BIAL - Portela & C ^a , S.A.	Trofa	EUR 50 000 000	100%
MediBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
BIALport, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
InterBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
BIAL Consumer Health, S.A..	Trofa	EUR 50 000	100%
Novipharma, S.A.	Nyon	CHF 111 100	90%
Laboratorios BIAL, S.A.	Madrid	EUR 60 200	99.94%
BIAL Angola, S.A.	Luanda	USD 20 000	100%
BIAL América Latina, S.A.	Panamá	USD 10 000	100%
BIAL Pharma UK Limited	Windsor	GBP 100 000	100%
BIAL Deutschland GmbH	Mörfelden-Walldorf	EUR 25 000	100%
BIAL Italia S.R.L	Milão	EUR 25 000	100%
BIAL, S.A.	Nyon	CHF 100 000	100%
BIAL - R&D INVESTMENTS, S.A.	Trofa	EUR 8 000 000	100%
BIAL - BIOTECH INVESTMENTS INC	Cambridge (USA)	USD 2 000 000	100%

7. Empresas excluídas de consolidação integral

Todas as empresas do Grupo foram incluídas na consolidação integral.

8. Goodwill

A *goodwill* diz respeito às seguintes participações:

	ANO DE AQUISIÇÃO	2024	2023
BIAL - Portela & C ^a , S.A.	2001-2003	1.698.137	3.396.275

O *goodwill* de BIAL – Portela & C^a, S.A. é amortizado em dez anos, a partir de 2016.

9. Alteração das empresas incluídas na consolidação

Durante o exercício findo a 31.12.2024 ocorreu a alienação de 100% do capital social da Medimport, Lda (Nota 29).

10. Imposto sobre lucros

	Impostos diferidos	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2023					
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6.583.250			1.477.472	-1.477.472
Ajustamentos e provisões - Portugal (b)	24.317.924		5.471.531		5.471.531
Diferenças temporárias - Espanha			1.673.512	220.225	1.453.287
Diferenças temporárias - Itália	771.449		200.228		200.228
Diferenças temporárias - Suíça	358.302		49.446		49.446
Dif temporária - Itália/Espanha/Suíça (c)	19.057.500		4.287.938		4.287.938
Créditos fiscais - Itália			1.215.253		1.215.253
Diferenças temporárias - Medimport	1.315.506		492.293	71.331	420.962
Diferenças temporárias - Bial UK	-2.467			1.349	-1.349
Créditos fiscais - Portugal (a)	45.880.704		45.880.704		45.880.704
			59.270.905	1.770.378	57.500.527
Movimento do ano, líquido					
Impacto na DR					
Ajustamentos e provisões - Portugal (b)	-11.870.666		-2.829.854		-2.829.854
Diferenças temporárias - Espanha	541.616		25.293	-110.111	135.404
Diferenças temporárias - Itália	68.228		16.375		16.375
Diferenças temporárias - Suíça	37.269		5.143		5.143
Dif temporária - Itália/Espanha/Suíça (c)	-1.315.000		-473.300		-473.300
Créditos fiscais - Itália			-110.933		-110.933
Diferenças temporárias - Bial UK	-2.072			-394	394
Créditos fiscais - Portugal (a)	-5.336.017		-5.336.017		-5.336.017
			-8.703.294	-110.505	-8.592.789
Subtotal (1)					
Sem impacto na DR					
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	101.793			-101.793	101.793
Alienação - Medimport	-1.315.506		-492.293	-71.331	-420.962
Diferenças temporárias - Bial UK				57	-57
			-492.293	-71.274	-421.019
			-9.195.588	-181.780	-9.013.808
Total (1)+(2)					
Saldo em 31 de Dezembro de 2024					
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6.481.457			1.375.679	-1.375.679
Ajustamentos e provisões - Portugal (b)	12.447.258		2.641.676		2.641.676
Diferenças temporárias - Espanha			1.698.805	110.114	1.588.691
Diferenças temporárias - Itália	839.677		216.602		216.602
Diferenças temporárias - Suíça	395.572		54.589		54.589
Dif temporária - Itália/Espanha/Suíça (c)	17.742.500		3.814.638		3.814.638
Créditos fiscais - Itália			1.104.320		1.104.320
Diferenças temporárias - Medimport	0		0	0	0
Diferenças temporárias - Bial UK	-4.539			1.012	-1.012
Créditos fiscais - Portugal (a)			40.544.687		40.544.687
			50.075.317	1.486.805	48.588.513

(a) Relativamente ao crédito fiscal de Portugal reduziu-se o montante de prejuízos fiscais pela utilização no ano e pela utilização do crédito fiscal por dupla tributação económica internacional. Adicionalmente, foi efetuado um desreconhecimento de € 2,7M relativos ao SIFIDE numa ótica prudente atendendo às projeções de lucro tributável.

(b) A redução mais significativa resulta da reversão da perda por imparidade relativa ao valor a receber da Neurocrine. Adicionalmente, foi constituída imparidade para o projeto de desenvolvimento do BIA26, BIA32 e Polipres e Doxilamina, bem como imparidade de outras contas a receber, inventários e provisões.

(c) Consiste nos impostos diferidos gerados pelo licenciamento de Bial-Portela do medicamento Ongentys para as filiais espanhola, italiana e suíça.

Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente	Montante
Imposto corrente:	
Resultado antes de impostos	33.678.898
Diferenças permanentes	949.248
Diferenças temporárias	-13.381.800
Resultado tributável	21.246.346
Taxa de imposto (Sede)	21%
Outras diferentes bases	10%-32%
	Coleta
	2.162.595
Tributações autónomas e derrama	1.032.231
	(I) Imposto corrente
	3.194.826
Imposto diferido:	
Movimento no período	8.592.789
	(II) Imposto diferido
	8.592.789
	Imposto sobre rendimento do exercício (I) + (II)
	11.787.615

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que são gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Seguidamente, apresentamos o detalhe dos créditos fiscais de Portugal (em milhares de euros) e o respetivo prazo de expiração:

DESCRIÇÃO	ANO	MONTANTE	PRAZO EXPIRAÇÃO
SIFIDE	2015	8 558	2025
SIFIDE	2016	7 958	2026
SIFIDE	2017	7 362	2027
SIFIDE	2018	9 485	2028
SIFIDE	2019	6 854	2029
SIFIDE	2020	5 441	2029
SIFIDE	2021	7 751	2029
SIFIDE (*)	2022	5 382	2030
SIFIDE (*)	2023	5 023	2031
TOTAL		63 814	

*SIFIDE estimado.

Relativamente ao ano de 2024, a candidatura ainda se encontra em análise.

Em dezembro de 2024, existem créditos fiscais (SIFIDE) disponíveis, no montante de € 63,8 M, a que correspondem impostos diferidos ativos potenciais no mesmo montante. No entanto, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos no valor de € 39,3 M, tendo em conta as projeções de lucros fiscais futuros até ao prazo de expiração dos créditos fiscais (cenário conservador). Além dos créditos fiscais sobre SIFIDE em Portugal, existem ativos por impostos diferidos criados associados a prejuízos fiscais da BIAL - R&D INVESTMENTS, S.A. no montante de € 1,2 M.

De acordo com a legislação em vigor, em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, seis anos em caso de prejuízo fiscal e utilização de créditos fiscais (cinco anos para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais do Grupo, dos anos de 2019 a 2024, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

11. Clientes

	2024	2023
Subsidiárias portuguesas:		
Clientes armazenistas	556.913	3.326.763
Clientes laboratórios	3.016.898	4.972.479
Clientes estrangeiros	24.847.162	27.841.174
Outros	37.062	76.493
	28.458.034	36.216.910
Subsidiárias estrangeiras:		
Clientes de Bial Espanha	6.341.598	7.764.102
Clientes de Bial Angola	588.646	869.060
Clientes de Medimport	0	1.816.026
Clientes de Bial Itália	2.058.954	2.075.418
Clientes da Bial Suíça	463.542	409.190
Clientes Novipharma	84.117	6.607.262
Total sem imparidade	37.994.890	55.757.968
Total Clientes	36.451.246	45.587.411

O Grupo dispõe de dois contratos de factoring sem recurso, ao abrigo dos quais, foram adiantados € 13.7M (2023: € 18,7M€)

Está constituída uma imparidade global de € 1 543 644, da qual € 1 345 723 é originária das subsidiárias localizadas em Portugal, € 190 562 da subsidiária localizada em Angola e € 7 359 da subsidiária italiana. Em 2023 a imparidade global ascendeu a € 10 170 556, que incluía € 8,6M relativos ao valor a receber da Neurocrine, a qual foi revertida em 2024 – **Nota 19**.

12. Investimentos

O movimento ocorrido nas rubricas de investimentos e respetivas amortizações e ajustamentos é demonstrado no quadro seguinte.

a) Ativo bruto

RÚBRICAS	2024				
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÃO MEDIMPORT	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais	12.358.625	0		0	12.358.625
Edifícios e outras construções	35.752.162	171.636	-31.555	7.476.604	43.368.847
Equipamento básico	43.045.695	939.231	-20.585	3.167.889	47.132.231
Equipamento de transporte	955.425	0	-596.541	-12.918	345.966
Equipamento administrativo	13.667.955	213.919	-121.840	-853	13.759.180
Outros ativos fixos tangíveis	1.824.949	50.386	-34.047	-18.730	1.822.557
Imobilizações em curso	11.140.545	1.746.651		-11.111.598	1.775.598
Adiantamentos a fornecedores de investimento	632.551	230.214		-701.182	161.583
	119.377.907	3.352.037	-804.568	-1.200.788	120.724.588
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Projetos de desenvolvimento	350.108.758	217.580		0	350.326.338
Propriedade industrial	48.682.528	917.153		8.188.289	57.787.970
Outros ativos intangíveis	3.291.917	271.846	-358.365	1.363.575	4.568.974
Ativos intangíveis em curso	23.481.282	1.632.336		-8.470.364	16.643.254
<i>Goodwill</i>	16.981.372	0		0	16.981.372
	442.545.857	3.038.915	-358.365	1.081.501	446.307.907
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de capital em outras empresas	114.820	0		0	114.820
Outras aplicações financeiras	448.348	0		-323.828	124.520
	563.168	0	0	-323.828	239.340
TOTAIS	562.486.932	6.390.953	-1.162.934	-443.116	567.271.835

Em 2024 iniciou-se a comercialização na Alemanha da apomorfina sublingual (ver nota 3), motivo pelo qual o investimento de € 8 M foi reclassificado de ativos intangíveis em curso para Propriedade Industrial, tendo iniciado a sua amortização de acordo com o período do contrato celebrado com o licenciador do Kynmobi..

As Partes de Capital em outras Empresas são constituídas pelos seguintes investimentos:

- € 24 940 no Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET);
- € 49 880 na Escola de Gestão do Porto (EGP), atual Porto Business School;
- € 15 000 na COTEC Portugal
- € 25 000 Fundação AEP

A diminuição em “Outras Aplicações Financeiras” deve-se ao resgate das verbas relativas ao Fundo de Compensação do Trabalho, de acordo com a legislação em vigor.

RÚBRICAS	2023			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	12.406.207	0	-47.582	12.358.625
Edifícios e outras construções	34.844.744	780.656	126.761	35.752.162
Equipamento básico	42.465.727	392.179	187.789	43.045.695
Equipamento de transporte	1.141.861	10.721	-197.158	955.425
Equipamento administrativo	13.216.986	277.160	173.809	13.667.955
Outros ativos fixos tangíveis	1.713.960	113.065	-2.076	1.824.949
Ativos tangíveis em curso	7.544.039	4.889.343	-1.292.837	11.140.545
Adiantamentos a fornecedores de investimento	3.049.558	1.112.015	-3.529.022	632.551
	116.383.083	7.575.140	-4.580.315	119.377.907
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	349.890.071	218.687	0	350.108.758
Propriedade industrial	47.649.942	976.586	56.000	48.682.528
Outros ativos intangíveis	1.000.883	141.953	2.149.081	3.291.917
Ativos intangíveis em curso	9.441.871	14.099.022	-59.610	23.481.282
Goodwill	16.981.372	0	0	16.981.372
	424.964.138	15.436.247	2.145.471	442.545.857
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em outras empresas	114.820	0	0	114.820
Outras aplicações financeiras	701.835	62.999	-316.485	448.348
	816.655	62.999	-316.485	563.168
TOTAIS	542.163.876	23.074.385	-2.751.329	562.486.932

b) Depreciações e Amortizações

RÚBRICAS	2024				SALDO FINAL
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÃO MEDIMPORT	TRANSF. E ABATES	
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	18.219.276	1.050.061	-35.663	-312	19.233.362
Equipamento básico	24.684.060	1.607.493	-98.081	-69.903	26.123.570
Equipamento de transporte	710.386	61.357	-449.559	-90.128	232.056
Equipamento administrativo	11.340.479	1.362.212		-15.590	12.687.101
Outros ativos fixos tangíveis	1.535.292	23.610	-29.850	-4.872	1.524.180
	56.489.493	4.104.733	-613.153	-180.805	59.800.269
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Projetos de desenvolvimento	204.378.845	21.160.024			225.538.869
Propriedade industrial	43.748.924	2.645.151		-101.994	46.292.081
Outros ativos intangíveis	762.355	57.129	-259.655	-49.075	510.754
Goodwill	13.585.097	1.698.137			15.283.235
	262.475.221	25.560.441	-259.655	-151.069	287.624.938
TOTAIS	318.964.714	29.665.174	-872.808	-331.874	347.425.207

Na rubrica Projetos de Investimento inclui-se a amortização anual do projeto de desenvolvimento do medicamento Zebinix para as áreas terapêutica antiepiléptica adjuvante, “monoterapia” e pediatria (€ 5.379.628, € 7.339.879 e € 2 146 461, respetivamente), cuja comercialização se iniciou em 2009, 2015 e 2017, respetivamente, bem como amortização anual do projeto de desenvolvimento do medicamento Ongentys para a doença de Parkinson (€ 3.969.629), cuja comercialização se iniciou em 2016.

RÚBRICAS	2023			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	17.742.496	723.235	-246.455	18.219.276
Equipamento básico	25.055.014	1.477.418	-1.848.372	24.684.060
Equipamento de transporte	760.928	1.722	-52.264	710.386
Equipamento administrativo	10.713.370	645.827	-18.718	11.340.479
Outros ativos fixos tangíveis	1.515.496	22.190	-2.394	1.535.292
	55.787.303	2.870.393	-2.168.203	56.489.493
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento				
Propriedade industrial	183.238.990	21.139.855	0	204.378.845
Outros ativos intangíveis	41.415.476	2.333.447	0	43.748.924
Goodwill	723.239	39.116	0	762.355
	11.886.960	1.698.137	0	13.585.097
TOTAIS	237.264.665	25.210.556	0	262.475.221
	293.051.968	28.080.949	-2.168.203	318.964.714

c) Imparidade

DESCRIÇÃO	IMPARIDADES	AUMENTO	REVERSÃO	TOTAL
Projetos de desenvolvimento – Bia 2	11.376.342	0	2.275.268	9.101.074
Outros	2.419.255	587.490	150.501	2.856.244
TOTAL	13.795.597	587.490	2.425.769	11.957.318

Encontra-se registadas perdas por imparidade de € 4.640.876 e € 4.460.198, relativas, respetivamente, ao projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática neuralgia diabética e da dor neuropática neuralgia pós-herpética, que correspondem ao total do custo do investimento líquido de amortização.

Foram ainda criadas perdas por imparidade para os projetos BIA12, BIA19 e BIA 25 entre outros que Bial decidiu descontinuar, as quais ascendem em 2024 a € 2.856.244.

A imparidade dos ativos intangíveis é testada anualmente. Dado que estes ativos não geram só por si fluxos de caixa, são imputados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que pertencem por forma a determinar o respetivo valor de uso.

O valor de uso do ativo intangível é determinado utilizando projeções de fluxos de caixa, as quais têm em conta as receitas provenientes da comercialização dos medicamentos e as receitas provenientes de “milestones”,

deduzidas das despesas de desenvolvimento associadas.

O cálculo do valor descontado (método dos “Discounted Cash-Flows”) é especialmente sensível às seguintes variáveis:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento;
- Período de vida útil;
- Taxas de desconto – 8,8% (tendo em conta nomeadamente que ativos intangíveis têm um risco associado superior).

O valor de uso dos ativos tangíveis é determinado, quando existem indícios de imparidade, utilizando projeções de fluxos de caixa de orçamentos para cinco anos aprovados pela administração e não têm em conta eventuais atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da UGC que está a ser testada.

Os resultados do teste indicam que o valor recuperável dos ativos é bastante superior ao valor contabilístico.

A forma de agregar ativos para identificar as unidades geradoras de caixa não se alterou desde o último exercício.

13. Ativos em poder de terceiros

a) Ativos em poder de terceiros

O valor do stock em poder de terceiros pertencente a BIAL Portela, a 2024.12.31, ascende a € 11 400 044 (€ 6 425 809 em 2023) constituído, essencialmente, por matéria-prima para a produção de Zebinix/Aptiom e ONgentys, por parte das empresas subcontratadas para o efeito.

b) Inventários

A 31 de dezembro de 2024, a decomposição da rubrica de inventários é a seguinte:

	2024		
	Valor bruto	Imparidade	Total
Mercadorias	13.128.723	-669.761	12.458.962
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	99.714.246	-504.655	99.209.591
Produtos e trabalhos em curso	3.735.784	-1.070.499	2.665.285
Produtos acabados e intermédios	9.969.172	-284.581	9.684.592
TOTAL	126.547.925	-2.529.496	124.018.429



	2023		
	Valor bruto	Imparidade (nota 19)	Total
Mercadorias	15.497.128	-480.836	15.016.291
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	96.126.149	-2.704.723	93.421.426
Produtos e trabalhos em curso	4.872.988	-485.816	4.387.172
Produtos acabados e intermédios	10.520.791	-9.696	10.511.094
TOTAL	127.017.055	-3.681.072	123.335.983

14. Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar

a) Ativos

	2024	2023
Outros créditos a receber	20.228.926	25.356.271
Longo prazo	20.228.926	25.356.271
Adiantamentos a fornecedores	7.421.553	9.154.199
Depósito caucional – Bial Itália	2.527.564	2.527.564
Outros	7.038.499	6.965.218
Curto prazo sem imparidade	16.987.617	18.646.981

Está constituída uma imparidade de € 6 150 (2023: € 34 108), ver nota 19.

Com vista a assegurar o plano de expansão comercial de Ongentys, a subsidiária Novipharma celebrou um contrato para garantia de produção da matéria-prima, alinhada com o crescimento previsto no plano estratégico. Este acordo justifica o montante registado em outros créditos a receber, sendo € 20,2 M (2023: € 25,4 M) classificado como “Longo Prazo” (valor proporcional ao fornecimento de matéria-prima após 2025) e € 4,4 M (2023: € 3,9 M) classificado como “Curto Prazo”, incluído na linha “Outros”.

O depósito caucional – Bial Itália diz respeito ao valor cativo para eventuais incumprimentos no âmbito de concursos hospitalares.

b) Passivos

Inclui, no médio e longo prazo, € 4 951 853 de impostos diferidos passivos sobre subsídios, em conformidade com FAQ emitida pela CNC.

15. Estado e Outros Entes Públicos

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC	2.836.843	-48.602	1.510.858	-1.584.063
IRS	0	-1.115.139	0	-888.109
IVA	2.019.215	-786.186	1.640.248	-836.014
Segurança Social	0	-1.136.774	0	-1.037.677
Outros impostos	0	-111.874	2.653	-63.978
TOTAL	4.856.058	-3.198.576	3.153.759	-4.409.841

Não há dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

16. Diferimentos e acréscimos**a) Ativos**

	2024	2023
Devedores por acréscimos de rendimentos	9.319.333	5.456.328
Gastos a reconhecer	3.810.847	3.095.241

O saldo de outros ativos (acréscimos de rendimento) inclui verbas a receber do Portugal 2020 relativas a participações financeiras em projetos de investigação e desenvolvimento de € 4,2 M (2023: € 4,2 M), acréscimo de rendimentos de fees referentes a promoção de medicamentos de 2024 no valor de € 1,9 M para entidades terceiras (2023: € 1,3 M), bem como € 3,2 M relativos a ajustamentos de reconciliação de preços de 2024.

Na rubrica de gastos a reconhecer encontram-se registados diversos valores já pagos, mas referentes ao exercício de 2025.

b) Passivos

A rubrica "Outros passivos" pode ser detalhada no quadro seguinte:

	2024	2023
Remunerações a liquidar	10.484.826	10.083.961
Juros a liquidar	1.942.192	1.546.220
Outros	17.949.140	16.756.387
TOTAL	30.376.158	28.386.568

O saldo de outros acréscimos de gastos corresponde essencialmente a:

- documentos datados de 2022/2025 relativos a gastos ocorridos em 2024 num total de € 5,0 M (€ 0,9 M em Bial Portela, € 3,1 M em Bial Espanha, € 0,3 M em Bial R&D, € 0,7 em Novipharma);
- montantes relativos a sick funds* e pharmaceutical fees, cerca de € 3,8 M (2023: € 3,4 M), assim como valor a pagar no âmbito das vendas de produtos licenciados por terceiros (in-licensing) de € 6,1 M

(2023: € 4,2 M)..

*Descontos acordados com entidades que fazem garantir o acesso mais fácil e económico a Zebinix por parte do utente.

17. Financiamentos obtidos

	Médio Longo Prazo 2024	Curto Prazo 2024	TOTAL 2024	TOTAL 2023
Financiamentos bancários	10.416.667	11.361.129	21.777.796	82.154.236
Empréstimo obrigacionista	81.428.571	4.285.714	85.714.286	90.000.000
Subsídios reembolsáveis	9.118.937	297.538	9.416.475	9.106.132
TOTAL	100.964.176	15.944.382	116.908.557	181.260.368

A dívida obrigacionista, no valor global de € 85,7M, apresenta uma maturidade de curto prazo de € 4.285.714 e de médio longo prazo € 81.428.571. Relativamente aos Financiamentos bancários, a dívida decompõe-se em € 11.361.129 de mútuos e linha de papel comercial, com vencimento em 2025 e € 10.416.667 em mútuos, com vencimento em 2027.

O Grupo termina o ano de 2024 com programas de papel comercial individuais e/ou grupadas, sem utilização, no valor total de € 105.000.000. Para além destas linhas, o Grupo possui ainda negociados com diversas instituições financeiras, descobertos bancários no montante de € 28,9 M, sem utilização no termo do ano.

Garantias:

- Não há qualquer garantia dada por BIAL, exceto as mencionadas na Nota 34.

Outras condições:

- *Ownership, Pari Passu, Cross-Default e Negative pledge;*
- Constituem condições de denúncia de contratos de financiamento o incumprimento das condições contratualmente definidas banco a banco.

18. Fornecedores de investimentos

Fornecedores correntes – corresponde, maioritariamente, a fornecedores de matérias-primas e prestadores de serviços de I&D.

19. Provisões e Imparidades

	Saldo inicial	Aumento	Alienação Medimport	Atualização cambial	Reversão	Saldo final
Provisões devoluções de clientes - Espanha	452.036	0	0	0	47.118	404.918
Provisões devolução de clientes - Portugal	540.780	0	0	0	75.823	464.957
Outras Provisões - Portugal	1.248.378	158.798	0	0	1.248.378	158.798
Subtotal	2.241.194	158.798	0	0	1.371.319	1.028.673
Imparidade inventários - Portugal	3.208.621	1.422.067	0		2.590.430	2.040.257
Imparidade inventários - Espanha	472.452	16.788				489.239
Subtotal	3.681.072	1.438.855	0	0	2.590.430	2.529.496
Imparidade clientes - Portugal	9.744.977	362.661	0	0	8.761.915	1.345.723
Imparidade clientes - Itália	5.393	7.165	0	0	5.199	7.359
Imparidade clientes - Moçambique	222.657	40.059	-262.716	0	0	0
Imparidade clientes - Angola	197.530	0	0	-6.968	0	190.562
Subtotal	10.170.556	409.886	-262.716	-6.968	8.767.114	1.543.644
Imparidade outros devedores - Portugal	34.108	6.150	0	0	34.108	6.150
Subtotal	34.108	6.150	0	0	34.108	6.150
Total	16.126.931	2.013.688	-262.716	-6.968	12.762.972	5.107.964

¹⁾ Numa ótica de prudência foi registada em 2023 uma perda de imparidade no montante de 2,3M€, para o valor de acetato de eslicarbazepina do fornecedor Siegfried, cujo processo de registo foi aprovado em 2024 pela Agência Europeia do Medicamento, tendo sido revertida em 2024 essa imparidade no montante de € 1,8 M.

²⁾ Inclui € 8,6M relativos à reversão da imparidade da Neurocrine. Na apresentação da demonstração de resultados foi efetuada a compensação da reversão com o respetivo gasto.

20. Vendas e serviços prestados

A atividade consolidada do Grupo BIAL foi repartida pelas seguintes áreas geográficas:

MERCADOS:	2024		2023	
	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Espanha	83.847.877	550.132	80.388.501	0
Portugal	78.788.508	18.920.672	68.509.075	17.742.351
Estados Unidos e Canadá	47.460.800	0	75.919.874	11.598.775
Alemanha	18.999.014	0	18.681.229	0
Japão	15.534.698	4.219.528	2.340.087	0
Itália	14.764.638	0	13.483.771	0
Externo (Resto da Europa)	8.460.852	12.986	7.809.081	20.188
Externo (Resto do Mundo)	8.307.879	20	6.873.500	535.802
França	7.594.322	0	7.753.787	2.725
Moçambique	7.553.408	252.932	7.262.921	257.229
Costa do Marfim	5.910.117	0	5.882.488	0
Reino Unido	4.168.672	73.330	3.446.993	163.651
Angola	3.029.722	0	4.129.910	0
Suíça	2.354.688	0	1.830.107	0
Coreia do Sul	1.533.423	0	2.728.045	0
Austrália	1.117.723	0	0	0
TOTAL	309.426.341	24.029.599	307.039.369	30.320.722

As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

21. Subsídios à exploração

Inclui a comparticipação para despesas realizadas no âmbito do Portugal 2020 – projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos.

22. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas

MOVIMENTOS	MAT. PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	MERCADORIAS	TOTAL	2023
Existências iniciais	96.126.149	15.497.128	111.623.277	102.419.171
Compras	40.017.322	62.022.815	102.040.137	105.402.468
Regularização existências	-581.332	-19.809	-601.141	-1.413.210
Existências finais	-99.714.246	-13.128.723	-112.842.969	111.623.277
Custos no exercício	35.847.892	64.371.411	100.219.302	94.785.151

23. Fornecimentos e serviços externos

	2024	2023
Trabalhos especializados I&D (ver nota 31)	41.786.152	37.622.051
Publicidade e propaganda	14.422.260	17.000.635
Trabalhos especializados	9.278.292	7.392.761
Honorários	6.094.030	4.727.808
Rendas e alugueres	4.375.259	4.484.188
Deslocações e estadas	3.497.970	2.947.321
Subcontratos	3.427.790	955.570
Bases de dados	2.832.557	3.039.531
Formação médica	1.741.221	1.009.780
Combustíveis	1.735.654	1.839.166
Conservação e reparação	1.528.157	1.385.908
Transportes de mercadorias	931.673	1.004.679
Comissões	874.700	964.621
Seguros	679.077	752.244
Eletricidade	670.945	600.900
Outros	2.069.182	1.891.647
TOTAL	95.944.920	87.618.810

O valor de trabalhos especializados resulta essencialmente das atividades de I&D.

24. Gastos com pessoal

	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais	3.792.327	2.647.430
Remunerações do pessoal	52.702.530	52.092.766
Encargos sociais	11.164.253	10.653.550
Indemnizações	1.263.695	2.330.130
Outros gastos com pessoal	2.683.145	2.377.289
TOTAL	71.605.949	70.101.165

O número médio de empregados em 2024 foi de 779 (2023: 791).

O número de empregados, a 31.12.2024, das empresas incluídas no perímetro de consolidação é de 754 (2023: 782), repartidos da seguinte forma:

EMPRESA	EMPREGADOS
BIAL Holding, SA	3
BIAL - Portela & C ^a ., S.A.	399
InterBIAL, S.A.	27
BIALport, S.A.	36
BIAL Consumer Health, S.A.	2
BIAL R&D Investments, S.A.	8
Laboratórios BIAL, S.A. (Espanha)	142
BIAL Deutschland GmbH	47
BIAL Pharma UK Limited	20
BIAL Itália, S.R.L	28
Novipharma, S.A. (Suíça)	3
BIAL, S.A. (Suíça)	7
BIAL América Latina, S.A.	0
BIAL Angola, S.A.	9
Bureau représentation Costa do Marfim	8
BIAL - Biotech Investments Inc	2
TOTAL	754

25. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões

	2024	2023
Imparidade clientes Portugal	-362.661	-707.882
Imparidade inventários Portugal	-1.422.067	-2.300.000
Imparidade inventários Espanha	-16.788	-344.509
Imparidade clientes Itália	-7.165	-5.393
Imparidade clientes Moçambique	-40.059	-123.720
Imparidade outros devedores Portugal	-6.150	0
Perdas por imparidade	- 1.854.890	-3.481.504
Reversão/(Imparidade) para patentes Portugal	150.501	6.922
Reversão/(Imparidade) ativo intangível (nota 12)	2.275.268	2.902.505
Reversão/(Imparidade) ativo intangível (nota 12)	-587.490	-1.086.354
Reversão/(Imparidade) de ativos depreciáveis/amortizáveis	1.838.279	1.823.073
Reversão de imparidade inventários Portugal	2.590.430	0
Reversão da provisão devolução de clientes Portugal	75.823	0
Reversão da provisão devolução de clientes Espanha	47.118	0
Reversão de imparidade de clientes Portugal	127.149	237.482
Reversão da provisão para compromissos assumidos - BIA 5	0	322.269
Reversão de outras provisões - Portugal	1.248.378	
Reversão de imparidade de clientes Itália	5.199	0
Reversão de imparidade de outros devedores Portugal	34.108	0
Reversões	4.128.205	559.751
Provisão devolução de clientes Portugal	0	312.710
Provisão devolução de clientes Espanha	0	1.721
Provisão para compromissos assumidos - BIA 5	0	0
Outras provisões Portugal	158.798	1.248.378
Provisões	158.798	1.562.809

26. Outros rendimentos

	2024	2023
Alienações	6.343.371	23.045
Diferenças de câmbio favoráveis	5.435.168	5.059.596
Imputação de subsídios para investimentos	3.643.239	3.660.222
Rendimentos suplementares	436.588	258.242
Correções relativas a exerc. Ant.	402.651	107.803
Excesso da estimativa /Recuperação de Impostos	283.685	1.208
Descontos p.p. obtidos	34.234	33.325
Outros	462.443	3.283.320
Total	17.041.379	12.426.760

Em 2024, o Grupo Bial vendeu a empresa moçambicana Medimport ao CFAO Group tendo obtido uma mais-valia de € 6,3 M (ver **Nota 29**).

Os ganhos cambiais ascenderam a € 5,4 M (2023: € 5,1 M), estando concentradas em 4 empresas do Grupo – Bial R&D (€ 0,3 M; 2023: € 0,6 M); Medimport (€ 0,5 M; 2023: € 0,2 M), Bial Portela (€ 3,7 M; 2023: € 2,4 M) e Novipharma (€ 0,8 M; 2023: € 1,0 M).

Os subsídios para investimentos referem-se à comparticipação para despesas realizadas no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, considerando a respetiva imputação proporcional à amortização dos investimentos subsidiados.

A rubrica Outros inclui, em 2023, a reversão de um acréscimo de gasto, no valor de € 2,5 M, de contribuições para a Indústria Farmacêutica, em Bial Espanha

27. Outros gastos

	2024	2023
Donativos	4.594.651	4.574.842
Diferenças cambiais	4.455.660	5.232.190
Impostos	4.112.946	5.979.224
Despesas de propriedade industrial	1.220.321	1.477.334
Perdas em inventários	909.221	2.174.457
Descontos de p.p. concedidos	415.595	372.145
Ofertas e amostras de inventários	414.617	146.054
Correções relativas a exercícios anteriores	339.845	492.434
Quotizações	265.010	252.455
Insuficiência de estimativa para impostos	208.341	90.318
Multas e penalidades	16.223	424.379
Outros	763.527	1.264.005
	17.715.957	22.479.837

Na rubrica donativos inclui-se o donativo efetuado à Fundação Bial que em 2024 ascendeu a € 4M (2023: € 4M).

Os impostos são maioritariamente constituídos pelas contribuições para a Indústria farmacêutica em Portugal (€ 2,8 M; 2023: € 4,7 M) e em Espanha (€ 1,1 M; 2023: € 1,5 M).

As “Perdas em inventários” dizem respeito a destruição de produto acabado por prazo de validade (devoluções de clientes) e quebras ocorridas durante o processo produtivo.

As perdas cambiais ascenderam a € 4,4 M, estando concentradas em 4 empresas do Grupo - Novipharma (€ 0,3 M; 2023: € 1,3 M), Bial Portela (€ 3,4 M; 2023: € 2,6 M), Bial Holding (€ 0,3 M; 2023: € 0 M e Medimport (€ 0,4 M; 2023: € 0,4 M).

Na rubrica “Outros”, em 2023 encontra-se registado € 1,1 M relativo a uma correção de um subsídio à exploração recebido em exercícios anteriores por, em fase de avaliação final, se terem verificado que foram submetidas despesas não elegíveis.

28. Juros e rendimentos/gastos similares

	2024	2023
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	5.896.546	6.096.471
Outros custos e perdas financeiros	775.832	1.202.960
	6.672.378	7.299.430
Resultados financeiros	-5.957.781	-6.772.229
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	602.286	442.374
Outros rendimentos similares	112.312	84.827
	714.598	527.201

29. Ativos e passivos de unidades operacionais descontinuadas

Tal como referido na Nota 8, o Grupo procedeu em 2024 à alienação totalidade das ações representativas da subsidiária Medimport, Lda, tendo a perda de controlo ocorrido a 31 de outubro de 2024.

Não obstante a venda, a gama de produtos Bial continuará a ser comercializada e promovida em Moçambique, através de uma equipa de delegados de informação médica dedicada em exclusividade aos medicamentos Bial.

Nos exercícios findos em 31.12.2024 e 31.12.2023 os contributos para os resultados desta unidade operacional descontinuada até à data da alienação têm a seguinte composição:

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2024	2023
Vendas	6.122.509	7.262.921
Serviços prestados	252.932	257.229
Volume de negócios	6.375.442	7.520.150
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-4.615.891	-5.179.992
Fornecimentos e serviços externos	-595.029	-686.076
Gastos com o pessoal	-625.478	-742.662
Perdas por imparidade	-40.059	-123.720
Outros rendimentos	487.951	363.942
Outros gastos	-569.486	-615.337
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos financeiros	417.450	536.305
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-127.796	-158.822
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	289.654	377.482
Juros e rendimentos similares obtidos	1.439	10.742
Juros e gastos similares suportados	-17.278	-37.132
Resultado antes de impostos	273.815	351.093
Imposto sobre o rendimento do período	-168.322	-147.123
Resultado líquido do período	-105.493	203.969
Resultado da alienação	6.335.126	
Impacto fiscal da alienação	-1.879.200	
Total	4.561.419	203.969

ATIVOS

Ativos Intangíveis	98.710
Ativos Tangíveis	191.415
Impostos Diferidos	492.294
Inventários	2.533.808
Clientes	1.639.870
Estado e outros entes públicos	610.848
Outras créditos a receber	68.201
Depósitos Bancários e Caixa	2.007.979
Total	7.643.126

PASSIVOS

Passivos por Impostos Diferidos	71.331
Fornecedores c/c	4.644.869
Estado e Outros Entes Públicos	22.560
Outras contas a pagar	1.016.970
Credores por acréscimos de gastos	80
Total	5.755.811

30. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento (SIFIDE II)

- Crédito fiscal de 2015 de investigação e desenvolvimento	8 557 599
- Crédito fiscal de 2016 de investigação e desenvolvimento	7 957 819
- Crédito fiscal de 2017 de investigação e desenvolvimento	7 361 819
- Crédito fiscal de 2018 de investigação e desenvolvimento	9 484 841
- Crédito fiscal de 2019 de investigação e desenvolvimento	6 853 788
- Crédito fiscal de 2020 de investigação e desenvolvimento	5 441 454
- Crédito fiscal de 2021 de investigação e desenvolvimento	7 750 749
- Crédito fiscal de 2022 de investigação e desenvolvimento	5 382 259
- Crédito fiscal de 2023 de investigação e desenvolvimento	5 023 256
Saldo a Transitar	63 813 584

Nota: O crédito fiscal de 2023 está pendentes de aprovação pela Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

Relativamente ao ano de 2024, a candidatura ainda se encontra em análise.

31. Investimentos em Investigação e Desenvolvimento

O Grupo registou o seguinte investimento em investigação e desenvolvimento:

	2024	2023
Projetos de I&D (ativo intangível)	1.720.133	1.098.494
Capitalização BIA28 - milestone	0	9.348.415
Ativo tangível	996.965	568.826
Gastos com pessoal	10.776.962	10.598.689
Fornecimentos e serviços diretamente relacionados com atividades de I&D	41.786.152	37.622.051
Outros Gastos	603.448	937.451
Investimento total	55.883.660	60.173.927

O Grupo apresenta os seguintes ganhos relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2024	2023
Prestação de serviços (milestones) - BIA 9	4.219.528	12.048.775
Total	4.219.528	12.048.775

O Grupo registou, adicionalmente, as seguintes amortizações e Imparidades/(Reversões) relativos a Projetos de desenvolvimento:

	2024	2023
Amortizações (Projetos de desenvolvimento - Nota 12)	21.160.024	21.139.855
Imparidade / (Reversão) - BIA2 (Nota 25)	-2.275.268	-2.275.268
Imparidade / (Reversão) - BIA5 (Nota 25)	-25.952	-502.688
Imparidade / (Reversão) - BIA12, BIA19 e BIA 25 (Nota 25)	-124.549	-124.549
Imparidade / (Reversão) - BIA21 (Nota 25)	0	386.354
(Imparidade) / Reversão para BIA21 (Nota 25)	53.943	0
Investimento total	18.788.198	18.623.705

32. Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em que a empresa é locatária referem-se a viaturas colocadas à disposição de Administradores e colaboradores.

Os contratos não contêm cláusulas de opção de compra.

A empresa tem por política proceder à efetiva substituição das viaturas no fim dos contratos que têm uma duração de 4 anos.

Não há restrições impostas por contratos de locação operacional.

33. Risco financeiro

No Grupo Bial, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias e as contas a pagar a fornecedores de matérias-primas e aos laboratórios que prestam os serviços de I&D. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneo e os investimentos de I&D.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes e outros devedores e caixa e depósitos de curto prazo.

Os riscos financeiros a que o Grupo Bial está exposto podem resumir-se em (i) risco de mercado essencialmente relacionado com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez.

O principal objetivo do Grupo Bial é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flutuar em função de alterações de mercado.

Risco de câmbio

O Grupo está de uma forma crescente mais exposto ao risco cambial, dado os mercados em que atua. Para mitigar esse risco, foram implementados mecanismos de cobertura natural e fixação cambial, tendo sempre em conta as necessidades de divisas do Grupo.

Para além da utilização da cobertura natural em recebimentos/pagamentos, podem celebrar-se sempre que justificável contratos *forward* para os valores excedentários, diminuindo assim a exposição a flutuações de câmbio.

Nas contas a receber e nas contas a pagar comerciais, existem saldos expressos em moeda diferente do Euro, tal como a seguir discriminado:

Clientes:

Moeda	Montante
AOA	558.909.433
CHF	595.060
USD	8.280.541

Fornecedores de Investimento:

Moeda	Montante
AUD	3.629
GBP	8.323
JPY	150.000
USD	38.220

Fornecedores:

Moeda	Montante
AOA	102.755.243
AUD	802
CHF	3.394.771
GBP	316.894
JPY	34.435.000
SEK	177.900
USD	4.905.323

Risco de crédito

O risco de crédito no Grupo BIAL é o risco dos seus clientes não cumprirem com as suas obrigações.

O controlo deste risco é exercido com base em informação interna e externa recolhida, na qual se define a aprovação do crédito a conceder. A Direção Financeira efetua o controlo dos plafonds estabelecidos e/ou a estabelecer.

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas. Tem políticas que asseguram que as vendas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado.

O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito e efetua contratação de seguro de crédito para os clientes que apresentam risco moderado ou alto.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de saldos, tal não significa, com base na informação existente e nos dados históricos de cada cliente, que seja de reconhecer imparidades para além das já registadas. A 31 de dezembro de 2024 não existem indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos passivos financeiros e compromissos assumidos, e num eventual contexto de crise financeira com restrições maiores ao crédito e tendo em conta a opção estratégica de continuar a executar o plano de I&D ao mesmo ritmo dos últimos anos, BIAL pode ficar exposto a este risco.

Atendendo à atual situação financeira do Grupo e capacidade de geração de *Free Cash Flow* entende-se que este risco se encontra mitigado. Adicionalmente tem contratadas linhas de crédito não usadas em montante suficiente para acomodar as necessidades de tesouraria estimadas para os próximos anos.

Outros riscos operacionais

- Risco regulatório

O mercado farmacêutico é regulamentado pelo Infarmed na sua componente técnica e científica, assim como na área de preços e participações pelo SNS.

Nos últimos anos têm sido várias as alterações legislativas, salientando-se a que respeita à prescrição por designação comum internacional (Lei n.º 11/2012, que estabelece novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de agosto).

Por outro lado, destaca-se a nova metodologia de determinação de preços de venda ao público, base na definição de países de referência.

No caso do limite de validade dos produtos, estes são definidos de acordo com as características de cada medicamento. As devoluções por prazo expirado são residuais, dada a gestão eficaz do circuito de venda, assim como as quebras por prazo expirado antes de comercialização, face à gestão de stocks eficaz adotada por BIAL.

No caso de sinistros é prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

34. Garantias prestadas

Beneficiário	Tipo de Garantia	Montante
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	10.273
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	9.199
Emprofac - Empresa Nacional Produto	Fornecimento de Medicamentos	11.347
Emprofac - Empresa Nacional Produto	Fornecimento de Medicamentos	12.165
Ministry Of Health, MSO	Fornecimento de Medicamentos	2.580
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30028	130.402
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30027	201.237
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30026	75.001
IGIF	Fornecimentos	3.315
CAMARA MUNICIPAL MAIA	Caução de obras públicas	14.964
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	45.741
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	5.234
EMPROFAC EMP NAC PROD FARMACEUTICO	Fornecimento de Medicamentos	9.355
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	1.582
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	843
SAMES MINISTRY HEALTH	Fornecimento de Medicamentos	7.492
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	20.000.000
Ministry Of Health, Mso, Tripoli, L	Fornecimento de Medicamentos	880
Regione Lazio e Aziende Sanitarie	Fornecimento de Medicamentos	227.027
SORESA SPA CENTRO DIREZIONALE	Fornecimento de Medicamentos	201.530
Agenzia Regionale Intercent-ER	Fornecimento de Medicamentos	100.254
CUC FVG ? SOGGETTO AGGREGATORE	Fornecimento de Medicamentos	73.893
Regione Lazio e le Aziende	Fornecimento de Medicamentos	66.410
A.Li.Sa.	Fornecimento de Medicamentos	60.377
REGIONE AUTONOMA DELLA SARDEGNA	Fornecimento de Medicamentos	50.119
A.R.I.C - Ag. Reg. di Informatica	Fornecimento de Medicamentos	41.506
ARIC VIA NAPOLI 4 64019 TORTORETO	Fornecimento de Medicamentos	39.455
A.U.S.L.UMBRIA 1 Via Guerra 21/17	Fornecimento de Medicamentos	37.256
INNOVAPUGLIA SPA BA	Fornecimento de Medicamentos	20.137
ASUR MARCHE VIA OBERDAN, 2	Fornecimento de Medicamentos	9.663
INTERCERT-ER AGENZIA PER LO	Fornecimento de Medicamentos	9.442

Beneficiário	Tipo de Garantia	Montante
AZIENDA SANITARIA PROVINCIALE DI	Fornecimento de Medicamentos	3.105
ASP DI CATANIA	Fornecimento de Medicamentos	498
AZIENDA SANITARIA PROVINCIALE TRAPANI	Fornecimento de Medicamentos	1.229
AZIENDA SANITARIA PROVINCIALE DI	Fornecimento de Medicamentos	1.229
3166626533000 - AZIENDA SANITARIA UNICA REGIONALE MARCHE	Fornecimento de Medicamentos	9.663
A.R.I.C.	Fornecimento de Medicamentos	51.228
3090008758000 - S.C.R. PIEMONTE SPA	Fornecimento de Medicamentos	167.093
Regione Siciliana - Uff. Speciale	Fornecimento de Medicamentos	129.893
INTERCENT ER	Fornecimento de Medicamentos	9.443
REGIONE SICILIA ASSESSORATO	Fornecimento de Medicamentos	19.660
REGIONE LAZIO E AZIENDE SANITARIE	Fornecimento de Medicamentos	1.033
AZ. SANITARIA LOCALE DI POTENZA	Fornecimento de Medicamentos	158
AZIENDA UNITA? SANITARIA LOCALE	Fornecimento de Medicamentos	2.144
INNOVAPUGLIA SPA	Fornecimento de Medicamentos	50.342
AZ. REGIONALE PER L'INNOVAZIONE	Fornecimento de Medicamentos	617
A.R.I.C. - AGENZIA REGIONALE DI IN	Fornecimento de Medicamentos	166
InnovaPuglia S.p.A.	Fornecimento de Medicamentos	1.275
Agenzia Regionale Intercent-ER	Fornecimento de Medicamentos	12.356
INNOVA PUGLIA SPA	Fornecimento de Medicamentos	6.376
Asl 2 Savonese	Fornecimento de Medicamentos	4.366
A.R.I.C. - Agenzia Regionale di	Fornecimento de Medicamentos	8.352
Agenzia Regionale Intercent-ER	Fornecimento de Medicamentos	123.562
SO.RE.SA. S.p.A. Societ� Regional	Fornecimento de Medicamentos	2.035
Estar-ente Sup.tecn.amn.reg	Fornecimento de Medicamentos	64.260
Azienda Provinciale Per I Servizi	Fornecimento de Medicamentos	16.628
Asur Marche In Tutte Le Sue Articol	Fornecimento de Medicamentos	23.687
Innovapuglia Spa	Fornecimento de Medicamentos	11.383
S.c.r. - Piemonte S.p.a.	Fornecimento de Medicamentos	121.559
Regione Lazio E Aziende Sanitarie E	Fornecimento de Medicamentos	42.984
Regione Autonoma Della Sardegna	Fornecimento de Medicamentos	48.467
S.c.r. - Piemonte S.p.a.	Fornecimento de Medicamentos	82.982
Innovapuglia S.p.a.	Fornecimento de Medicamentos	4.280
Regione Autonoma Della Sardegna	Fornecimento de Medicamentos	31.099
Regione Liguria-settore Unica Appal	Fornecimento de Medicamentos	9.986
Regione Liguria Settore Stazione Un	Fornecimento de Medicamentos	30.188
Regione Lazzio	Fornecimento de Medicamentos	56.029
Agenzia Regionale Intercent-er	Fornecimento de Medicamentos	375
Areacom - Agenzia Regionale Dell'ab	Fornecimento de Medicamentos	33.762
Azienda Sanitaria Territoriale Anco	Fornecimento de Medicamentos	24.521
Areacom - Agenzia Regionale Dell'ab	Fornecimento de Medicamentos	6.401
Regione Lazio E Aziende Sanitarie E	Fornecimento de Medicamentos	280.145
Agenzia Regionale Intercent-er	Fornecimento de Medicamentos	3.382
Innovapuglia S.p.a.	Fornecimento de Medicamentos	18.472

Beneficiário	Tipo de Garantia	Montante
Punto Zero Scarl	Fornecimento de Medicamentos	9.852
Azienda Sanitaria Provinciale Di Co	Fornecimento de Medicamentos	3.484
Azienda Sanitaria Territoriale	Fornecimento de Medicamentos	52.527
Regione Liguria	Fornecimento de Medicamentos	76.458
S.c.r. Piemonte S.p.a.	Fornecimento de Medicamentos	164.877
So.re.sa. Spa - Con Unico Socio	Fornecimento de Medicamentos	25.375
Azienda Sanitaria Provinciale Di Co	Fornecimento de Medicamentos	17.422
Regione Siciliana	Fornecimento de Medicamentos	1.481
Areacom A R D A P L Committenza	Fornecimento de Medicamentos	5.812
Azienda Unita Sanitaria Locale Umbr	Fornecimento de Medicamentos	40.748
Innovapuglia S.p.a.	Fornecimento de Medicamentos	108.662
Azienda Sanitaria Provinciale Paler	Fornecimento de Medicamentos	5.137
Azienda Ospedaliera Di Rilievo Nazi	Fornecimento de Medicamentos	171
Azienda Zero	Fornecimento de Medicamentos	283.540
Stazione Unica Appaltante Regione C	Fornecimento de Medicamentos	13.186
Asp Palermo- Azienda Sanitaria Prov	Fornecimento de Medicamentos	67.914
Asp Agrigento	Fornecimento de Medicamentos	513
So.re.sa. Spa	Fornecimento de Medicamentos	211.463
Arcs � Azienda Regionale Di Coordin	Fornecimento de Medicamentos	6.173
Stazione Unica Appaltante Della Reg	Fornecimento de Medicamentos	665
Puntozero S.c.a R.l.	Fornecimento de Medicamentos	709
Aria Spai Azienda Regionale Per L�i	Fornecimento de Medicamentos	7.932
Azienda Regionale Per L�innovazione	Fornecimento de Medicamentos	525
Innova Puglia S.p.a.	Fornecimento de Medicamentos	2.037
Aria Spa	Fornecimento de Medicamentos	173.998

35. Acontecimentos após a data do balanço

Não há acontecimentos após a data do balanço que possam influenciar a apresentação e interpretação das presentes demonstrações financeiras.

36. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Trofa, 2025.03.13

O CONTABILISTA CERTIFICADO

FÁTIMA SANTOS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA-MÃE (BIAL HOLDING, S.A.)

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Chairman**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

RICHARD PILNIK | **Vogal**

MELANIE LEE | **Vogal**

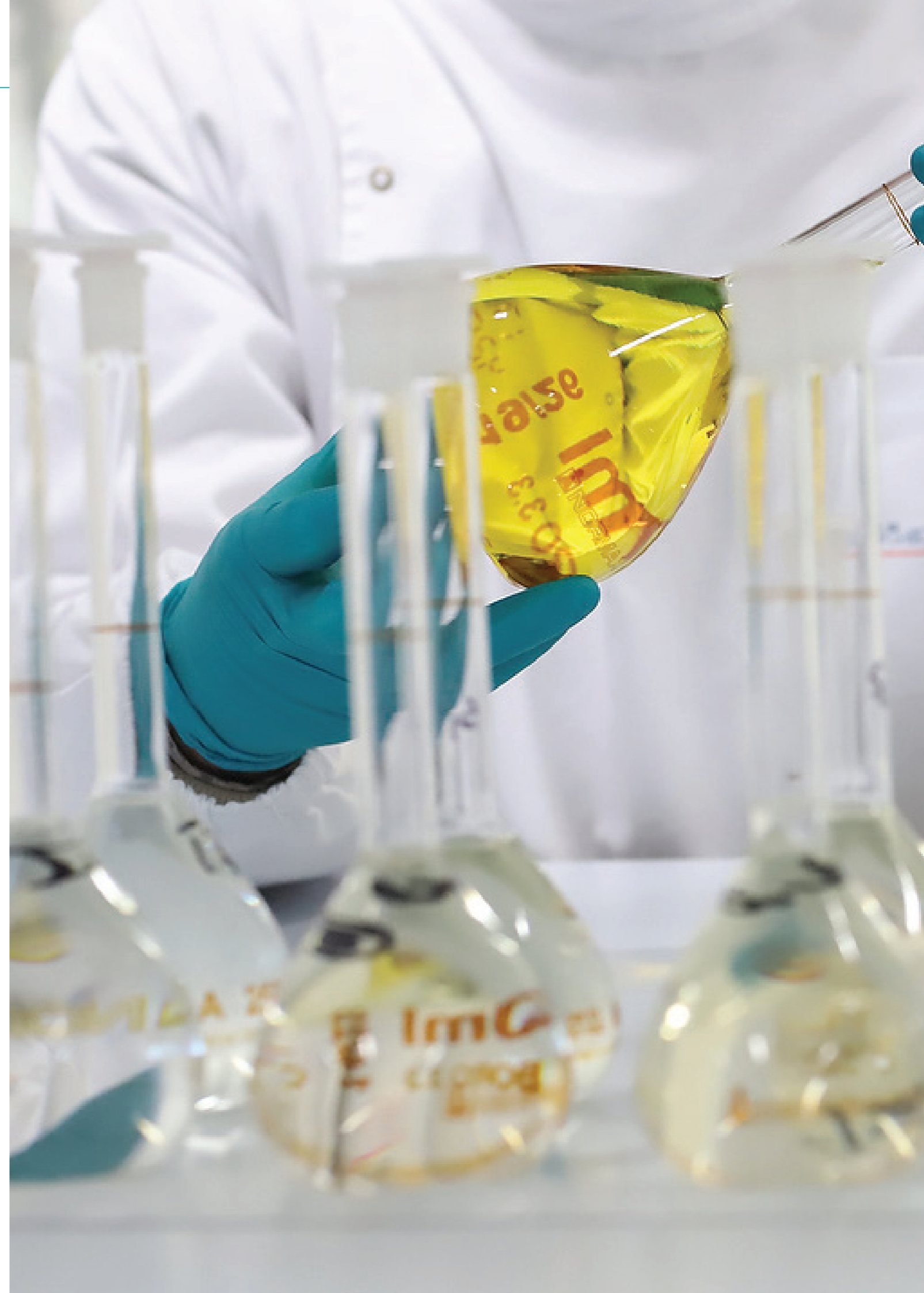
PIERLUIGI ANTONELLI | **Vogal**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

MAXIMILIANO BRICCHI | **Vogal**

JOERG HOLENZ | **Vogal**





Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Boavista, 36, 3º
4050-112 Porto
Portugal

Tel: +351 226 002 015
Fax: +351 226 000 004
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Bial - Holding, S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 529.058.706 euros e um total de capital próprio de 329.765.541 euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital do Grupo, de 21.135.218 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo Consolidado que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Bial - Holding, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório Consolidado de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Avenida da Índia, 10 - Piso 1 - 1349-066 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Bial - Holding, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2024

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 14 de março de 2025

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A. Tel: +351 226 002 015
Avenida da Boavista, 36, 3º Fax: +351 226 000 004
4050-112 Porto www.ey.com
Portugal

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão Consolidado e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de Bial - Holding, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- ▶ Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas consolidadas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas consolidadas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo no qual a sociedade é a empresa-mãe;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado, satisfazem os requisitos legais aplicáveis;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Avenida da Índia, 10 - Piso 1 - 1349-066 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A. Tel: +351 226 002 015
Avenida da Boavista, 36, 3º Fax: +351 226 000 004
4050-112 Porto www.ey.com
Portugal

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Bial - Holding, S.A., nos termos do artigo 420 conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) O Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2024 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (b) O Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado do exercício de 2024, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 14 de março de 2025

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Avenida da Índia, 10 - Piso 1 - 1349-066 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A. Tel: +351 226 002 015
Avenida da Boavista, 36, 3º Fax: +351 226 000 004
4050-112 Porto www.ey.com
Portugal

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão Consolidado e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de Bial - Holding, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- ▶ Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas consolidadas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas consolidadas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo no qual a sociedade é a empresa-mãe;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado, satisfazem os requisitos legais aplicáveis;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Avenida da Índia, 10 - Piso 1 - 1349-066 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A. Tel: +351 226 002 015
Avenida da Boavista, 36, 3º Fax: +351 226 000 004
4050-112 Porto www.ey.com
Portugal

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Bial - Holding, S.A., nos termos do artigo 420 conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) O Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2024 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (b) O Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado do exercício de 2024, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 14 de março de 2025

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Avenida da Índia, 10 - Piso 1 - 1349-066 Lisboa
A member firm of Ernst & Young Global Limited